



Aos dezasseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) e Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD).

A senhora Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n. 4.

### **Ordem de Trabalhos**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto da Ata n.º 16/2024 - Reunião ordinária de 15 de julho de 2024**
  - 2. Deliberação n.º 568/2024 – Proposta n.º 41/2024 – GAP – Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal (Território da Arrábida) e o Estado de Rio Grande do Norte (Brasil)**
  - 3. Deliberação n.º 569/2024 – Proposta n.º 42/2024 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da consulta pública do estudo de impacte ambiental do Projeto “Unidade industrial de conversão de lítio”**
  - 4. Deliberação n.º 570/2024 – Proposta n.º 43/2024 – GAP - “Empreitada de Reparação de Pavimentos no Concelho de Setúbal” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**
  - 5. Deliberação n.º 571/2024 – Proposta n.º 44/2024 – GAP - “Aquisição de serviços de expedição de documentação comercial, integrados no âmbito do serviço postal universal, para o ano de 2025” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**

6. Deliberação n.º 572/2024 – Proposta n.º 45/2024 – GAP - Alteração do Mapa do Pessoal de 2024 – Criação de 11 lugares em várias carreiras /categorias – SMS
7. Deliberação n.º 573/2024 – Proposta n.º 106/2024 – DAF - Regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição de Habitação Própria e Permanente, por Jovens dos 18 anos até aos 35 Anos no Município de Setúbal
8. Deliberação n.º 574/2024 – Proposta n.º 118/2024 – DAF/DICONT - Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos
9. Deliberação n.º 575/2024 – Proposta n.º 119/2024 – DAF/DICOR - Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2025
10. Deliberação n.º 576/2024 – Proposta n.º 120/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Rua dos Melros, n.º 96, ao Bairro do Peixe Frito ou Terrôa, da Freguesia de São Sebastião, em Setúbal
11. Deliberação n.º 577/2024 – Proposta n.º 121/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração “A”, do prédio sito na Praça Olga Morais Sarmiento, n.º 22 - r/c Esq.º, da Freguesia de São Sebastião, em Setúbal
12. Deliberação n.º 578/2024 – Proposta n.º 122/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração “G” do prédio sito na Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 11 – 3.º Esq.º, da Freguesia de São Sebastião, em Setúbal
13. Deliberação n.º 579/2024 – Proposta n.º 123/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Ariovisto José Valério, em Setúbal
14. Deliberação n.º 580/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DCTUR/DIPRIC – CD-ARICD, Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios – Alteração aos estatutos e introdução de quota referente ao ano de 2024
15. Deliberação n.º 581/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de licenças especiais de ruído – DASU/GAGIP
16. Deliberação n.º 582/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DEB/DIAPE – Parecer para regime de exceção dos horários duplos nas escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública do concelho de Setúbal 2024/2025
17. Deliberação n.º 583/2024 – Proposta n.º 46/2024 – DOM – CP 20/2024/DOM – Empreitada “EXECUÇÃO DO PARQUE VERDE DA QUINTA DA AMIZADE” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato
18. Deliberação n.º 584/2024 – Proposta n.º 113/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Consulta Prévia n.º 152/2024/DAF/DICOMP/SECOMP - Fornecimento contínuo de gasolina, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2024/2025, ao abrigo do lote 2 do Acordo Quadro AQ-CR-2023, da ESPAP – PAQ n.º 1508/2024/DITEM. – RETIRADA
19. Deliberação n.º 585/2024 – Proposta n.º 114/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Consulta Prévia n.º 122/2024/DAF/DICOMP/SECOMP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2024/2025, ao abrigo do lote 2 do Acordo Quadro AQ-CR-2023, da ESPAP – Adjudicação – RETIRADA
20. Deliberação n.º 586/2024 – Proposta n.º 115/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º

- 36/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de aluguer operacional de viaturas ligeiras de mercadorias, pelo período de 36 meses
21. Deliberação n.º 587/2024 – Proposta n.º 116/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Liberação de caução referente ao fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2021/2022, ao abrigo do lote 5 do Acordo Quadro AQ-CR-2018, da ESPAP – PAQ n.º 1062/2021/DITEM - Consulta Prévia n.º 96/2021/DAF/DICOMP/SECOMP
  22. Deliberação n.º 588/2024 – Proposta n.º 115/2024 – DCDJ – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras - Apoio financeiro para obras na sede social
  23. Deliberação n.º 589/2024 – Proposta n.º 116/2024 – DCDJ/DISOC – Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas 2024 – Apoio financeiro
  24. Deliberação n.º 590/2024 – Proposta n.º 117/2024 – DCDJ/DICUL – Festa da Ilustração Setúbal 2024 - Preços de venda de merchandising
  25. Deliberação n.º 591/2024 – Proposta n.º 118/2024 – DCDJ/DICUL – Venda do livro "Liberdade no Feminino", integrado nas Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril
  26. Deliberação n.º 592/2024 – Proposta n.º 119/2024 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais
  27. Deliberação n.º 593/2024 – Proposta n.º 120/2024 – DCDJ/DIDES – Protocolo de Cooperação Desportiva de Desenvolvimento do Futebol Feminino no Concelho de Setúbal
  28. Deliberação n.º 594/2024 – Proposta n.º 117/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de implementação do Projeto Bairros Comerciais Digitais – Setúbal - Adjudicação
  29. Deliberação n.º 595/2024 – Proposta n.º 192/2024 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura - Proc. 350/03
  30. Deliberação n.º 596/2024 – Proposta n.º 193/2024 – DURB/DIGU – Aprovação do plano de demolição de edifício existente – Proc. 82/23
  31. Deliberação n.º 597/2024 – Proposta n.º 194/2024 – DURB/DIGU – Aprovação do plano de demolição e emissão da licença de obras de demolição – Proc. 64/23
  32. Deliberação n.º 598/2024 – Proposta n.º 195/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação condicionada do projeto de arquitetura - Obras de alteração e ampliação – Proc. 270/23
  33. Deliberação n.º 599/2024 – Proposta n.º 196/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de demolição, alteração e ampliação de edifício destinado a comércio/serviços e habitação – Proc. 127/22
  34. Deliberação n.º 600/2024 – Proposta n.º 197/2024 – DURB/GAPRU – Informação prévia favorável condicionada sobre viabilidade de construção de um conjunto de edifícios de habitação coletiva com estacionamento em cave, logradouro, piscina comum, edifício de apoio e muros de vedação – Proc. 27/24
  35. Deliberação n.º 601/2024 – Proposta n.º 198/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinal de “Proibição de exceder velocidade máxima de 30 km/h.”, na Avenida Paula Costa
  36. Deliberação n.º 602/2024 – Proposta n.º 199/2024 – DURB/DIMOT – Isenção de pagamento de estacionamento tarifado ao setor da pesca profissional e afins na frente ribeirinha da cidade de Setúbal

37. Deliberação n.º 603/2024 – Proposta n.º 200/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini duplo c/ 6m<sup>2</sup> cada face – Proc. 678/16
38. Deliberação n.º 604/2024 – Proposta n.º 201/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini duplo c/ 6m<sup>2</sup> cada face – Proc. 707/16
39. Deliberação n.º 605/2024 – Proposta n.º 202/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 40m<sup>2</sup> - Proc. 709/16
40. Deliberação n.º 606/2024 – Proposta n.º 203/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito – Proc. 13/22
41. Deliberação n.º 607/2024 – Proposta n.º 204/2024 – DURB/ GARIU – Lona publicitária c/ 30m<sup>2</sup> em empena – Proc. 160/15
42. Deliberação n.º 608/2024 – Proposta n.º 205/2024 – DURB/GARIU - Colocação de cartazes publicitários alusivos a circo – Ratificação – Proc. 120/24
43. Deliberação n.º 609/2024 – Proposta n.º 207/2024 – DURB/GAPGPA - Proposta de fixação do período de época balnear 2025
44. Deliberação n.º 610/2024 – Proposta n.º 1/2024 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024 - Aplicação da taxa do IMI Familiar
45. Deliberação n.º 611/2024 – Proposta n.º 2/2024 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024
46. Deliberação n.º 612/2024 – Proposta n.º 3/2024 – GAVPSD – Participação Variável de IRS para o ano 2024
47. Deliberação n.º 613/2024 – Proposta n.º 4/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Derrama
48. Deliberação n.º 614/2024 – Proposta n.º 5/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Estacionamento Tarifado
49. Deliberação n.º 615/2024 – Proposta n.º 6/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Refeições e Lanches Escolares
50. Deliberação n.º 616/2024 – Proposta n.º 7/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Atividades de Animação e Apoio à Família
51. Deliberação n.º 617/2024 – Proposta n.º 8/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Transportes
52. Deliberação n.º 618/2024 – Proposta n.º 10/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Criação de Bilhete Família para espetáculos culturais – RETIRADA
53. Deliberação n.º 619/2024 – Proposta n.º 11/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Criação de uma Sala Snoezelen Municipal
54. Deliberação n.º 620/2024 – Proposta n.º 13/2024 – GAVPSD – Formação Específica Assistentes Operacionais e Técnicos nos Centros de Aprendizagem

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Comunicações, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;

- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Humanos (DASU), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;
- e) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 9;
- f) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;

## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que lhes tinha sido dado conhecimento, por um município, de uma poda em árvores que ocorreu a alguns dias, há mais de uma semana, na Praceta de Macau, tendo o lixo dos ramos cortados e dos resíduos que tinham sobrado após a poda das árvores, ficado abandonados na via pública.

O município contactou a Junta de Freguesia, pensava que também a Câmara Municipal, e até ao momento aqueles resíduos, que tinham ficado na sequência de uma ação da própria Câmara Municipal, ainda não foram retirados.

Questionou porque é que quando se fazia aquele tipo de intervenção os resíduos não eram retirados no imediato, era o que fazia sentido, porque sendo uma ação efetuada pela Câmara Municipal, era certo e sabido que daí resultava uma necessidade de remoção daqueles ramos, e quando é que se esperava que isso ocorresse.

Foram confrontados com mais um email de um fornecedor do município que se queixava de ter faturas em atraso, que se queixava de ter serviços prestados que não teriam sido pagos no prazo que estaria previamente acordado. Naquele caso falavam sensivelmente de 14 mil euros. Algumas dessas faturas estavam vencidas desde abril ou maio, e a indicação que existia era que antes de dezembro, pelo menos de acordo com aquilo que lhes tinha sido transmitido, não havia indicação de pagamento.

Questionaram porque é que o município tem atrasado esses pagamentos, não era a primeira vez que aquele tipo de informação lhes chegava, já tinham tido inclusivamente em reunião de Câmara fornecedores a queixarem-se da falta de comunicação e da falta de pagamento do município e, dos atrasos sistemáticos.

Questionaram porque é que estariam a aguardar por dezembro para efetuar pagamentos que estavam vencidos desde abril e, qual era a expectativa de resolução, não só para o fornecedor que enviou aquela comunicação, mas também para outros que estariam em circunstâncias idênticas, e que não lhes deram ainda conhecimento.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não queria deixar de se associar àquela última parte da intervenção do Vereador Joel Marques, relativamente aos fornecedores, uma vez que também têm recebido muitos fornecedores da Câmara que se queixavam de atrasos no pagamento aos fornecimentos que iam fazendo, alguns deles até invocando o perigo de falência do seu negócio, ou seja, do seu modo de vida, ou seja, do único recurso que levava a poderem alimentar e educar os seus filhos e, portanto, um esclarecimento público da Câmara relativamente àquela matéria era da maior importância.

Tinha uma segunda questão que tinha a ver com a criminalidade. Não gostava propriamente de explorar aqueles temas, mas as últimas duas semanas, conforme informação que lhes chegou por alegadas vítimas, houve vários estabelecimentos comerciais, na zona de Aranguês e Monte Belo, assaltados.



Questionou se o senhor Presidente tem tido contactos com a PSP, se essas situações têm sido faladas, e qual era a opinião da PSP relativamente ao ponto de situação sobre os assaltos e a criminalidade na cidade de Setúbal.

Uma última questão tinha a ver com as águas. O Município de Vieira do Minho fazia um trabalho muito interessante com uma empresa, que não ia dizer qual era o nome porque não interessava estar a fazer publicidade às empresas, fossem elas quais fossem, no sentido de reduzir as perdas e poder desse modo baixar o preço da água. Isso implicava um investimento inicial muito pesado, mas tinha um retorno a médio e a longo prazo significativo. O principal retorno para além de baixar o preço da água era evitar a água perdida através de canos rotos, mal preparados para as situações por onde devia correr a água para chegar aos respetivos destinatários.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que recentemente no Fórum Municipal Luísa Todi, perante uma sala esgotada para assistir a uma comédia teatral, foram muitas as reclamações relativas à ausência de conforto térmico. As pessoas queixaram-se de um calor insuportável, da ausência de bar e, de alternativas para a aquisição de garrafas de água, com pessoas a ausentarem-se para o exterior para comprar água. Dadas as circunstâncias descritas, pretenderam saber se foi um problema pontual, ou se existia algum problema com o ar condicionado do espaço e, se a ausência de bar era suprimida de outra forma que confira a boa qualidade que se exigia.

Aquele era um espaço público que conferia identidade à nossa cidade e, se sem lhe conferir qualidade, haveria quem não regressasse para assistir aos vários espetáculos que ali tinham casa.

Outra questão tinha a ver, novamente, com a intervenção de requalificação da obra da Mitrena.

Deu nota que lhes continuava a ser transmitido que a obra estava parada, que o estaleiro estava aberto, que os materiais estavam espalhados e que não se avistava trabalhadores.

Fazia praticamente um ano que falou sobre a candidatura apresentada pelo Município ao Programa Radar Social, e dado que aquele tinha um papel importante na referenciação dos problemas de pobreza e exclusão social do concelho, em complementaridade com a rede social local que daria um contributo importante para a construção, atualização e enriquecimento do conhecimento sobre o território, com a esperança que fosse implementada a georreferenciação social e, a capacitação do território mediante a ativação de respostas e otimização dos recursos que tanta falta fazia para conferir maior eficácia, pretendiam saber em que fase de implementação se encontrava.

**Sr. Vereador Fernando José** – Começou por levantar uma questão que tinha a ver com a falta de manutenção do Jardim de Vanicelos, junto ao Padel. Muitos setubalenses utilizavam aquele espaço e existia falta de manutenção, há pelo menos 3 meses. Seria de os serviços terem ali melhor atenção àquele espaço, que era um espaço utilizado por muitos residentes, e não só, e, portanto, seria de avançar com essa intervenção porque lhes chegaram muitas queixas, relativamente ao estado de degradação que aquele espaço apresentava.

Em nome dos Vereadores do Partido Socialista solicitou que lhes fosse entregue, assim que possível, enviado através do GAP para o gabinete deles, o relatório ao inquérito que teria sido, obviamente, feito, não poderia ter sido de outra maneira, sobre o falecimento de um utente da Piscina de Azeitão. O utente teria falecido quando praticava natação, e queriam ter acesso ao relatório, em que condições é que aconteceu, se houve, ou não, falta de socorro, o que aconteceu relativamente a essa situação nas Piscinas de Azeitão, um falecimento no dia 17 de setembro, algo que lamentavam.

A autarquia, obviamente, não teria responsabilidade, pelo que lhes chegou, teria sido um ataque cardíaco fulminante, mas de qualquer forma era preciso perceber em que condições é que isso teria acontecido. A Câmara certamente que teria um relatório sobre esse incidente.

Ainda sobre as Piscinas de Azeitão, parecia existir um problema, poderia não ser um problema, mas aquilo que lhes tinha sido reportado, relativamente à contratação dos

professores, era um procedimento que deveria ter sido fechado em setembro, estavam em outubro e, portanto, queriam saber qual era o ponto de situação, relativamente à contratação dos professores nesse protocolo que existia entre a Câmara Municipal e a Associação AONDA.

Outra questão que se ia repetindo e que se tornava evidente nas intervenções deles, já há vários anos, sempre que chovia, muito ou pouco, a estrada de São Gonçalo, aquela que a Câmara Municipal decidiu dar destaque quando pôs 100 metros de alcatrão dizendo que houve uma requalificação da estrada, sempre que chovia um pouco ficava intransitável.

Era uma vergonha o que se passava ali, era inadmissível que ao fim de todos aqueles anos, e depois de uma intervenção que levou vários meses, em que quem utilizava aquela estrada diariamente tinha sido obrigado em ir por uma estrada secundária de terra batida em que a Câmara também não fez nada para mitigar os impactos, continuasse a ter um enorme problema e que não se conseguia resolver, apesar da fotografia que constava da página do Município, com 100 metros de alcatrão a dizer que a estrada foi requalificada.

Questionaram para quando, efetivamente, uma verdadeira intervenção naquela estrada que sempre que chovia impossibilitava a passagem de veículos como aconteceu no final de tarde do dia anterior.

Disse ser recorrente, já tinha sido dada muitas justificações, mas as coisas estavam paradas, acontecia o mesmo em Brejos de Azeitão relativamente à Rua Nova da Jardía e, à Rua da Padaria, a estrada estava a abater, já tinham levantado essa questão várias vezes, sempre que chovia um pouco a situação piorava.

Questionou para quando essa intervenção, porque as justificações já tinham sido muitas, tinha-se começado uma intervenção e parou, era preciso saber o que estava previsto e para quando uma verdadeira intervenção, que certamente não seria feita naquele momento porque estavam a entrar no inverno.

Outra questão que tinha a ver com o que tinha sido levantado pelo senhor Vereador Fernando Negrão, tinha a ver com algumas questões de falta de segurança.

Questionou para quando, por isso era falado em mandatos anteriores, houve estudos, a intenção de se avançar, mas para quando a videovigilância na Baixa de Setúbal, se seria ainda naquele mandato que iam conseguir avançar com esse processo de videovigilância na Baixa Comercial.

Terminou fazendo um reparo que deveria ser corrigido no próximo Orçamento Municipal, a proposta de Orçamento estaria para ir à reunião de Câmara em breve, e que tinha a ver com o protocolo que vieram sempre a aprovar e a considerar importante, que tinha a ver com os patrulheiros.

Entendiam que esse foi um importante protocolo estabelecido entre a Câmara, a União de Freguesias e a Associação de Reformados da Anunciada, era algo que deveria continuar e que deveria até ser densificado, alargado a outras zonas da nossa cidade, a Vanicelos, ao Jardim do Bonfim, ao Jardim da Algodeia.

Era importante, porque aquele protocolo, aquela iniciativa, tinha várias dimensões, mas era algo que tinham de verificar, e se fosse esse o sentido, iriam até fazer proposta para que constasse no Orçamento Municipal, aquele protocolo que vinha de 2015 - se não lhe falhava a memória -, tinha sido renovado todos os anos, mas o valor que era pago aos patrulheiros mantinha-se 2,60 € à hora, que era o valor hora em 2015, estavam em 2024 e o valor mantinha-se.

Portanto, a proposta que tinham era que o senhor Presidente considerasse que o próximo Orçamento Municipal refletisse um aumento para o valor hora.

Atualmente o valor hora na administração pública rondaria os 5 €, um pouco mais, e, portanto, isso deveria ser refletido nesse mesmo protocolo. A renovação e a revisão deveriam refletir o valor hora que era pago atualmente na administração pública e não aquele de 2015. 2,60 € era um valor que não fazia nenhum sentido atualmente.

Apelavam que aquele protocolo fosse revisto, não só na sua área de intervenção, alargando a outras áreas, dando essa dimensão, mas também na questão do valor e o valor não deveria ser inferior a 5 € a hora.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que considerando algumas das questões colocadas, ia tentar responder.

A primeira questão colocada pela Vereadora Patrícia Paz a propósito de uma situação no Fórum Luísa Todi, no espetáculo realizado pelo ator João Baião e a sua companhia, foi um episódio que não era comum, não era a prática.

O Fórum Luísa Todi tinha, aproximadamente, uma frequência anual de mais de 100 mil espetadores, um número muito alargado de espetáculos, de facto, houve um problema no arranque do ar condicionado naquele dia e, ainda, com uma componente que não ajudou a circunstância que foi o facto de o próprio espetáculo ter uma potência luminosa com mais projetores do que era habitual, e ainda por cima um *decor* que tinha implicação direta no funcionamento do ar condicionado, nomeadamente, na zona de palco, tudo isso contribuiu.

Na primeira noite do espetáculo esteve presente, e tinha sentido essa insatisfação por parte de alguns espetadores, nomeadamente, no que ao balcão dizia respeito. Referiu que foi uma situação episódica.

No que dizia respeito às águas, no dia imediatamente a seguir essa situação foi ultrapassada, aconteceu a venda de águas. Da parte da Câmara Municipal têm tentado resolver a questão do bar, não era fácil encontrar uma solução para aqueles espaços.

Naquele caso particular do espetáculo que falavam, era um espetáculo com intervalo, mas a maioria dos casos era espetáculos sem intervalo, e, portanto, estavam a tentar resolver a situação, nomeadamente, através da aquisição de uma máquina de “*vending*” de águas, pensavam que essa situação ultrapassaria para uma situação mais de emergência, alguma necessidade mais premente.

Relativamente à questão em concreto foi episódica, e pensava haver uma satisfação grande sobre aquilo que eram as condições da sala e o seu funcionamento.

A Vereadora Patrícia Paz também questionou a propósito da matéria no que dizia respeito ao Radar Social.

Naquele momento estavam na fase de consolidação do procedimento, e a aguardar também a validação por parte da Segurança Social e respetiva recolha de informação.

Achava que estariam em condições dentro de 3 semanas, para avançar para a concretização daquele processo e, portanto, pensava que nas visitas realizadas mais recentemente pelos senhores Vereadores, terão tido oportunidade de passar pela Divisão de Direitos Sociais, já estava uma sala preparada, apetrechada, para receber os técnicos e, pensava que estaria numa fase muito adiantada e assim que a Segurança Social validasse a respetiva equipa tinham condições para terem os técnicos a trabalhar e, dessa forma, também, contribuir para aquilo que era o seu papel, e aquilo que era acrescentar valor em matéria do diagnóstico e do trabalho, sobretudo, com a própria Rede Social.

Relativamente à questão colocada pelo Vereador Fernando José, duas notas muito breves.

Em primeiro, pensava que o senhor Vereador sabia, até porque tem sido um tema que tinha sido muitas vezes ali colocado, não tinham para aquela matéria em específico protocolo com a AONDA desde 2021, para a questão concreta da contratação de professores.

Tanto quanto sabia, mas poderia apurar, não havia nenhuma questão de maior e, portanto, tinham o processo a funcionar, com os professores a trabalhar, se eventualmente havia alguma situação poderia apurar, seria uma situação de exceção, mas tanto quanto tinha conhecimento, as aulas estariam a funcionar dentro daquilo que era a normalidade. Mas poderia apurar se efetivamente havia alguma situação que se pudesse estar a passar que prejudicasse o normal funcionamento, mas tanto quanto lhe era possível apurar, não tinha essa informação.

No que dizia respeito ao episódio, não querendo até por respeito à situação, foi uma fatalidade, foi uma situação trágica de uma paragem cardíaca fulminante, a resposta foi muito imediata, demorou 10 minutos a chegar ao local, tratou-se de um utente que, segundo foi-lhes possível apurar tinha antecedentes cardíacos. Lamentavam profundamente a situação. Era uma situação que deixava sempre mazelas, porque ninguém tinha essa situação de poder que acontecesse sobretudo numa aula onde a prática desportiva era também um contributo

para a qualidade de vida das pessoas e, sobre tudo, aqueles que praticavam desporto de uma forma supervisionada. As entidades competentes atuaram de acordo com aquilo que eram as regras de funcionamento.

Não havia nada que se pudesse apontar àquilo que poderia ser qualquer intervenção, quer em termos da resposta, quer em termos dos técnicos que acompanhavam a atividade na piscina de Azeitão.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que foram colocadas algumas questões referentes a podas de árvores e a espaços verdes. Registou as questões colocadas. Como era natural, normalmente as questões eram ali colocadas e seguiam para os serviços para se proceder em conformidade. O concelho era muito grande, às vezes podiam ficar algumas coisas para trás, era natural que assim acontecesse, mas quis valorizar o trabalho que aqueles trabalhadores dos espaços verdes e, da higiene urbana faziam na nossa cidade. Com uma disponibilidade muito grande, para todos os dias acolher essas situações, muitas delas, como aconteceu com os temporais e com as tempestades, causavam situações imprevistas.

Disse, também, relativamente à dificuldade que aquela Câmara Municipal tem tido na contratação de mais pessoal, nomeadamente, no que se referiria ao concurso de jardineiros em que abriram um concurso recentemente, tinham vagas no mapa de pessoal para poderem contratar um número superior de trabalhadores, tentaram fazê-lo e os lugares ficaram disponíveis.

A reserva de recrutamento apenas contemplou, para além dos 3 lugares ocupados, mais 4 trabalhadores, quando tinham, quer por aposentação, quer por outros motivos, capacidade e necessidade de acolher mais 10 jardineiros.

A Câmara Municipal tem apostado muito, e era nosso apanágio ter espaços verdes bem tratados, lamentava que o senhor Vereador Fernando José dissesse que não havia atenção dos serviços, porque havia toda a atenção dos serviços para aquelas matérias, apenas os nossos trabalhadores também eram humanos e tinham algumas limitações.

Tentaram reforçar aquela área, veio ali o concurso, como explicou, entraram 7 pessoas, não entraram as pessoas necessárias.

Tal como em outras áreas, têm aberto procedimentos concursais, recordou a questão do pessoal que trabalhava nos cemitérios, não conseguiam contratar coveiros, ou muitas vezes as pessoas apareciam ao concurso, mas depois o trabalho era difícil e acabavam por encontrar outras oportunidades e sair, e também, não conseguiam contratar tratoristas, de entre outras profissões aquelas eram as mais difíceis de contratar.

Antigamente era fácil contratar jardineiros, atualmente também já não era fácil.

Não havia nenhum descuido da parte dos serviços, o trabalho era feito com muita responsabilidade, e com muito brio profissional, apenas havia limitações que ultrapassavam muitas vezes as próprias equipas, e eles enquanto responsáveis do poder autárquico, tinham que perceber que cada vez era mais difícil recrutar, e era importante que quem regulava as carreiras, quem tratava dos assuntos do posicionamento remuneratório desses trabalhadores, percebesse ser preciso haver algo mais para as pessoas serem captadas, e permanecessem na função pública.

Era preciso encontrar os devidos os incentivos, e não falavam apenas de prémios, ou de coisas do género, falavam de salários que captassem a atenção das pessoas, e que fizessem com que as pessoas se interessassem por aquelas atividades, no sentido de terem presente uma carreira, uma perspetiva de futuro, e era isso que as pessoas atualmente não tinham e, por isso, não escolhiam a função pública para desempenhar as suas atividades. Bastava pensarem ser preciso quase 100 anos para chegar ao topo da carreira de um assistente operacional, portanto, pensava que ninguém pensava em trabalhar até aos 100 anos para ter uma perspetiva de carreira. Era preciso pensar que os nossos trabalhadores que estavam na função pública à 25 e 26 anos, ganhavam o mesmo que um trabalhador que entrava presentemente para a função pública, porque ganham o mesmo salário mínimo.

Foram anos e anos a dizer que o SIADAP ia-lhes melhorar a vida, sendo mentira, porque com o aumento do salário mínimo nada disso aconteceu. Era urgente rever as carreiras daquelas

peçoas, era urgente encontrar motivação para efetivamente chamarem as peçoas para as autarquias, quer ao nível dos assistentes operacionais, mas também ao nível dos outros técnicos, assistentes técnicos e técnicos superiores que era muito difícil recrutar.

Como os senhores Vereadores sabiam porque tem vindo àquela Câmara muitos procedimentos concursais, e a maioria deles ficavam sem reserva de recrutamento, o que significava que tinha de se abrir novamente e tinha que se passar outra vez por todo o processo.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse concordarem relativamente ao facto de as carreiras da Administração Pública serem pouco atrativas, do sistema de SIADAP não estar ajustado àquilo que era uma progressão na carreira que se queria mais célere e que valorizasse os salários.

Era verdade que nos últimos anos depois de uma reposição de direitos avançaram numa valorização salarial, num melhoramento, também, das condições para que os trabalhadores da Administração Pública tivessem uma progressão na carreira que fosse mais célere, e que não levasse esses 10 anos para progredir um escalão que depois representava pouco ao fim do mês em termos salariais, concordavam com isso, era preciso dar esses passos. Uma Câmara Municipal, como sabiam, estava limitada e amarrada aquilo que eram as decisões da Administração Central, mas existiam outras formas de valorizar os trabalhadores, de valorizar carreiras e de potenciar aquilo que era a vida profissional com a vida pessoal, e, portanto, não podiam ficar agarrados a sistemas arcaicos de gestão de pessoal, nem de organização do tempo de trabalho e, portanto, era preciso dar passos importantes que se deram na Administração Central, relativamente a essa matéria.

Concordavam quanto à valorização, quanto à outra parte essa estratégia já estava gasta e, não valia a pena continuarem por esse caminho, que era um caminho de colocar palavras na boca dos Vereadores do Partido Socialista que os Vereadores não disseram.

Ninguém falou em descuido, ninguém falou em serviços que não prestavam atenção, aquilo que tinha sido levantado foi uma questão concreta.

Foi uma questão relativamente ao Jardim de Vanicelos que não teria tido uma manutenção, pelo menos há 2 meses, olhando para aquilo que ali estava, e aquilo que se fez, com o maior respeito pelos serviços, e pelos trabalhadores, foi levantar uma questão que lhes tem sido reportada por peçoas que utilizavam aquele espaço, no sentido de os serviços se deslocarem ali e fazerem uma intervenção.

Essas chamadas de atenção têm sido feitas pelos vereadores do Partido Socialista ao longo daquele mandato, porque tinha sido reconhecido também pelo Senhor Presidente, era uma intervenção de todos, uma intervenção de participação através da cidadania, e do exercício de cidadania que ali também faziam cada vez que iam àquelas reuniões de Câmara, que levantando aquele tipo de questões levavam a melhorar o cuidado no nosso território. E foi isso que tinha sido feito.

Ninguém falou em descuido, ninguém falou que os serviços não prestavam atenção, porque quanto a isso nem ele enquanto Vereador do Partido Socialista naquela bancada, nem nenhum dos vereadores recebiam lições da senhora Vereadora, ou qualquer Vereador do Partido Socialista, relativamente àquilo que eram a defesa dos direitos dos trabalhadores e o respeito pelos trabalhadores.

Essa não era uma bandeira do PCP, essa era uma bandeira que os unia a todos naquela Câmara Municipal, portanto, vir novamente com essa estratégia de colocar palavras na nossa boca não estava correto.

Disse ser verdade que tinha de valorizar carreiras, mas também tinham que dar condições aos trabalhadores da Câmara Municipal para poderem executar as suas funções.

Era preciso que a Câmara também desse condições, e, quando há pouco se falou das dificuldades que existiam no pagamento a fornecedores, estavam ali também a não criar condições aos trabalhadores para prestarem as suas funções.

Quando tinham uma Junta de Freguesia que não entregava as ferramentas necessárias aos seus trabalhadores para executarem as suas tarefas, as suas funções, não contribuíam para melhorar o nosso território, não contribuíam para cuidar melhor o nosso território.

Era isso que tinham de ter atenção, não só obviamente ter esse olhar, e concordavam na valorização de carreiras e valorização salarial dos nossos trabalhadores, mas a Câmara Municipal também ter um cuidado no atribuir de condições aos trabalhadores para poderem prestar as suas funções e, aquilo que fizeram foi apenas uma chamada de atenção de um espaço que naquele momento não estava cuidado, e tinha a certeza, que os serviços iriam passar por lá e iriam fazer aquilo que até àquele dia não tinha sido feito.

**Sr. Presidente** – Disse que iria começar por aquela intervenção do senhor Vereador Fernando José que deu muitas voltas, gastou quase o tempo todo que tinha, mas o que era facto era que aquilo que eram problemas graves e que dependiam não da Câmara Municipal, mas de quem governava, naturalmente, que as questões se mantinham, e aquilo que era a degradação do trabalho, de quem trabalhava na Administração Pública, em geral, nas Autarquias, não era só a Câmara de Setúbal que falava, no Concelho Metropolitano, na Área Metropolitana de Lisboa ouvia o que todos os presidentes diziam sobre o assunto, e era uma degradação crescente e, um problema crescente.

Crescente para quem tinha a responsabilidade de servir as populações e, para as próprias populações se os serviços não intervinham, não tinham condições para intervir, se havia falta de pessoal, porque ninguém queria ir para a carreira da Administração Pública, tendo em conta as condições dos salários e da remuneração que era oferecida na Administração Pública, em geral, a senhora Vice-Presidente falou dos motoristas, dos tratoristas, das pessoas que trabalhavam nos cemitérios, como sabia houve uma polémica grande por causa disso, naturalmente, que a responsabilidade era de quem geria os serviços e da Câmara Municipal, mas era preciso saber do que falavam, e quem é que em primeira instância tinha responsabilidade sobre o agravamento daquelas situações.

Não havia coveiros, abriam os concursos e os concursos ficavam desertos, ninguém queria ir para coveiro com os salários que recebiam.

Geriam a Câmara Municipal e, por isso, eram os primeiros responsáveis, mas era preciso também chamar à atenção de quem é que em primeira instância tinha a responsabilidade da degradação daquelas situações.

Ainda bem que o senhor Vereador trouxe um conjunto de questões que dava para identificarem, efetivamente, quem é que tinha responsabilidades maiores sobre esses problemas, mas não era só naqueles serviços dos jardineiros, dos cantoneiros, nas oficinas, etc., profissionais não iam para a Administração Pública, e, os serviços da Câmara Municipal degradavam-se porque as pessoas tinham um tempo de vida, reformavam-se e não havia entrada de novos trabalhadores e, portanto, era uma situação que assumiam a gravidade desse problema, mas era preciso chamar à atenção a quem tinha a responsabilidade primeira.

De qualquer forma, agradecia sempre aos senhores vereadores trazerem questões que eram identificadas, e que na Câmara Municipal, tomavam conhecimento e, através disso, poderiam intervir no sentido de resolver os problemas ou minimizá-los.

A questão colocada sobre o problema dos resíduos que ficavam na via pública em alguns espaços, para além da questão de falta de trabalhadores naquelas áreas, tinha a ver também com o facto de estarem na época das podas e, portanto, naquele período que se iniciava era necessário fazer as podas das árvores.

Portanto, os nossos trabalhadores fizeram esse trabalho, era um trabalho de rotina, todos os anos era cíclico, e tinha de ser feito naquele tempo, naquela altura do ano. O que se verificou nalgumas situações, era que os carros que estavam disponíveis e, os motoristas e os tratoristas que estavam disponíveis por vezes tinham dificuldade em dar resposta à recolha desses materiais.

Isso era feito, levava algum tempo, mas era feito.



Por outro lado, também significava que aquilo que era fundamental, e aquilo que era esse trabalho da poda das árvores, que era feito todos os anos, era cíclico, era feito, era também a demonstração disso.

O senhor Vereador, quando achava que as coisas estavam um pouco a cair para o seu lado dizia: *“bom que isto é uma contribuição, etc., mas depois noutras vezes o senhor utiliza expressões que achava que a todos envergonham”*, que era quando o senhor Vereador chegava ali e dizia assim: *“esta situação assim, assim, é uma vergonha”*, tinha sido o que o senhor disse relativamente àquilo que descreveu da Rua de São Gonçalo, *“é uma vergonha”*, e, portanto, aí estava a forma do senhor entrevir quando lhe convinha, quando as coisas lhe tocavam em cima o senhor procurava encontrar a forma e repetia 50 vezes a dizer: *“que nós estamos ao lado dos trabalhadores”*, era assim que o senhor fazia, era a sua intervenção, já os habituou a isso.

Em Brejos de Azeitão havia um problema, que não era de agora, vinha de há muitos anos, vinha do tempo em que o Partido Socialista tinha a gestão da Câmara Municipal. Era sempre assim, iam sempre bater no mesmo ponto. O que se viu era que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Azeitão têm feito um esforço, e um investimento enorme para progressivamente regularizar uma situação de cento e tal arruamentos e alguns com quilómetros de via, em terra batida, e que naquele momento só havia 12 ou 13 vias urbanas que não estavam pavimentadas.

Não estavam pavimentadas e, não tinham, naturalmente, o encaminhamento das águas pluviais, e que por isso criavam situações daquelas, sobretudo quando chovia torrencialmente como foi o carro do dia anterior, aliás, houve vários sítios na cidade, teve acesso a essa informação por tinha acesso à formação da Proteção Civil, houve vários sítios onde face à água torrencial que caiu em tão pouco tempo, naturalmente que, não havia escoamento possível.

Era só para dizer que aquela expressão que o senhor utilizava *“de uma vergonha”*, não tinham vergonha nenhuma, preocupavam-se, naturalmente, preocupavam-se com as situações, mas estavam muito orgulhosos do trabalho que ao longo de 23 realizaram em Azeitão, em particular por era de Azeitão que falavam, em Brejos de Azeitão.

Para que ficasse claro que compreendiam, sabiam, tinham consciência das dificuldades, do esforço financeiro que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia têm feito, mas fossem verificar, naturalmente, que continuavam a existir situações que lamentavam, que faziam todos os esforços para ultrapassar essas dificuldades, mas também havia intervenções que os orgulhavam muito, que era todo o trabalho que lá desenvolviam e a qualidade de vida que proporcionavam àquela população que escolheu Azeitão para viver. Isso é que era um facto.

Relativamente ao Jardim de Vanicelos, agradecia a informação, iriam verificar o que se passava. Certamente que teria a ver com alguma questão daquelas que referiram.

Relativamente ao protocolo com os patrulheiros, iriam verificar qual era a situação, quem trabalhava merecia ter compensação financeira, assumiam isso sempre, em todas as situações. Poderia haver, naturalmente, algum caso, alguma situação, que merecesse ser revista e se fosse esse o caso agradecia e iriam verificar. Mas, pensava ser público, que era notório, que estava demonstrado, que no que tocava à remuneração, às compensações de quem trabalhava, poderia haver quem fosse igual a eles e que tivesse as mesmas preocupações, e disse que o Partido Socialista não era um bom exemplo naquele domínio, era uma opinião que poderia ser demonstrada.

Relativamente às faturas vencidas e não pagas, pensava que nenhum dos senhores ignorava, até pelo tempo que já estavam na Câmara Municipal, e todos tinham informação da situação financeira da Câmara Municipal. As dificuldades de tesouraria da Câmara Municipal eram de há muitos anos, e havia períodos em que se verificavam situações mais complicadas. Naquele momento atravessavam um desses períodos mais complicados, da tesouraria não ter capacidade de resposta em tempo, como seria desejável, aos fornecedores. Faziam uma gestão muito próxima e procuravam sempre corresponder a situações mais difíceis, mas isso não era nada que os senhores vereadores não tivessem conhecimento. Os senhores sabiam que tinham iniciado aquele mandado no final de 2021, e

no final de 2022 receberam de uma garantia bancária da concessionária das águas doze milhões e meio de euros. Com esses doze milhões e meio de euros podiam ter decidido resolver dificuldades, fazer investimentos, no sentido de criar equipamentos que eram necessários no município, mas face à situação financeira tão difícil que existia, no final de 2022, e iniciou funções no final de 2021, que decidiram utilizar esses doze milhões e meio de euros, aliás foi mais do que doze milhões e meio de euros, para pagar faturas em atraso. Tomaram posse no final de 2021 e aquilo aconteceu no final de 2022. Era para demonstrar as opções que faziam quando avaliavam as situações e naquele caso os fornecedores e, a situação financeira da Câmara Municipal. Os senhores vereadores tinham um conhecimento muito próximo, muito exato, e nem era preciso aprofundar muito os relatórios, ou os dados que lhes eram distribuídos para perceberem a situação. Face à situação financeira da Câmara Municipal e orçamental, e, portanto, os problemas de tesouraria, decidiram que quase todos os investimentos, os maiores investimentos, os mais significativos, fazer empréstimos bancários para fazer esses investimentos. Não o fizeram por acaso, como os senhores muito bem sabiam, aquelas decisões eram decisões ponderadas, eram decisões assumidas, se não recorriam ao orçamento municipal para fazer esses investimentos que eram equipamentos que consideravam fundamentais para a qualidade de vida e desenvolvimento económico e social das nossas populações, era porque de facto consideraram que a situação financeira da Câmara não era aquela que permitia que através do orçamento pudessem planear e programar esses investimentos.

Os senhores sabiam, essas propostas foram à Câmara Municipal e foram aprovadas, portanto, não falavam de algum desconhecimento que os senhores pudessem ter sobre aquela situação.

Havia outras questões que também era importante colocar, a situação financeira da Câmara Municipal era preocupante, o que era facto era que assumiram uma parceria com o Ministério da Saúde, construir centros de saúde. Construíram o Centro de Saúde de Azeitão, estavam à espera de serem ressarcidos de um milhão e quatrocentos mil euros que saiu do orçamento da Câmara Municipal, para construir uma obra que era da responsabilidade do Governo, do Estado, na altura era o Partido Socialista que estava no Governo, um milhão e quatrocentos mil euros no orçamento da Câmara Municipal, para além das questões de cederem o terreno que era património da Câmara Municipal, de fazerem os projetos da especialidade, à custa da Câmara Municipal, de fazerem as acessibilidades com investimentos da ordem de centenas de milhares de euros, além disso, falavam de uma dívida de um milhão e quatrocentos mil euros, no que dizia respeito à construção do Centro de Saúde de Azeitão, mas mais do que isso, contestaram sempre a transferência de competências da forma como foram pensadas, planeadas e obrigadas as autarquias a assumir as competências, em particular na área da educação. Mas assumiram, cumpriam a lei, a lei tinha-os obrigado a assumir essa responsabilidade a partir do dia 1 de abril de 2022.

E, desde o dia 1 de abril de 2022 que assumiram essa responsabilidade até julho de 2024, até quando as contas estavam feitas, e essas contas tinham a aprovação do Concelho Municipal da Educação, que era para não haver dúvidas sobre isso, falavam da saída do orçamento da Câmara Municipal de três milhões quinhentos e quarenta mil euros e, portanto, lamentava imenso aquela situação, das faturas em atraso, mas era preciso que todos assumissem responsabilidades e, não se podiam esquecer das responsabilidades que cada uma das senhoras e dos senhores ali tinham, naquela situação e, ainda mais quando na altura foi o Partido Socialista que era Governo e naquele momento tinham o PSD como Governo.

Para ficar claro que as responsabilidades tinham de ser assumidas e partilhadas e não ir ali mandar para o ar algumas coisas.

Relativamente às questões da criminalidade, disse ter uma resposta do Comando da PSP, de 16 de outubro, na sequência de algumas questões que colocaram. A resposta era de que a PSP fazia uma vigilância de proximidade, e continuava a acompanhar a vida dos comerciantes, etc., o normal.



Pedi, naquele mandato, por duas vezes, reunião com a senhora Ministra da Administração Interna, até ao momento nem uma resposta: “*é isto senhores vereadores*”.

Acompanhavam, avaliavam, e naturalmente, que tinham de exigir, e, por isso faziam o trabalho deles, estavam todos os dias a exigir que quem tinha responsabilidades as assumisse. Sabiam muito bem que o problema era sempre o mesmo, era a falta de meios, designadamente meios humanos. Aquele Governo fez uma atualização salarial, mas o que era facto, era que ainda não houve consequências no que dizia respeito à vinda de mais trabalhadores para as forças de segurança.

No Conselho Municipal de Segurança aquelas questões continuavam a ser avaliadas e ponderadas, mas as responsabilidades eram um pouco mais acima, naquilo que foi o Governo do Partido Socialista e que atualmente era o Governo do PSD.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que: “*nós tomámos posse e encontramos uma situação difícil na tesouraria*”.

**Sr. Presidente** – Disse que não tinha sido isso que tinha dito, era conforme lhe convinha.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que tinha dito sim.

**Sr. Presidente** – Disse que: “*sabe quem nos ouve, e quando o senhor faz isso, deixa-lhe uma reputação um pouco...*”

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que as reuniões eram gravadas, não era como antigamente, eram gravadas, passavam e todos podiam ver e ouvir aquilo que ali era dito. Estavam muito à vontade com aquilo que ali diziam e com as afirmações que proferiam. Perguntou quem é que tinha tomado posse. Tinha sido o senhor Presidente. Tomou posse, situação difícil. Respondeu e nós registámos, o pagamento de faturas vencidas, doze milhões de euros. Nunca chegou a falar, mas estava na Assembleia Municipal, não pode responder, os perto de cinco milhões de euros entregues à cabeça pela DATAREDE, no dia 21 de maio de 2021.

Efetivamente aquilo que acontecia em Brejos de Azeitão, achava que não havia outra forma de dizer, pelo menos no dia anterior tinha sido uma vergonha, porque a Câmara Municipal tinha na sua página um destaque de 100 metros de alcatrão, dizendo que requalificou aquela estrada, estava na página da Câmara Municipal, e quem por ali passava não conseguia verificar qualquer requalificação, aliás, no dia anterior não tinham sido nem um, nem dois carros que ficaram presos naquela via. O que se queria era efetivamente uma intervenção de fundo, porque após meses e meses daquela estrada ter estado encerrada ao trânsito aquilo que acontecia presentemente era pior ainda do que o que lá estava. Tinha de haver uma resposta relativamente àquela intervenção.

O Partido Socialista não tinha de se envergonhar do seu passado, enquanto Governo na reposição de direitos e, na valorização salarial.

Recordou aquilo que tinha sido feito quando o Partido Socialista assumiu o Governo em 2016, a reposição de direitos que foram feitos e o caminho de valorização salarial, nomeadamente, na Administração Pública.

Poderiam dizer sempre que era insuficiente, e concordava, mas a verdade é que não se poderiam esquecer do acordo de médio prazo para melhoria de rendimentos dos salários e da competitividade assinado em 2022 e que tinha sido reforçado em 2023 e, depois também, o PREVPAP, que teve a ver com a regularização de milhares e de milhares de vínculos na Administração Pública central e também local.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse haver uma pergunta que formulou e que não obteve resposta e, por isso, iria repeti-la porque achava que era suficientemente importante para no mínimo ter uma resposta. Tinha a ver com a água e, com as perdas de água. Questionou se a



Câmara Municipal de Setúbal tinha algum estudo feito sobre isso, ou seja, as perdas da água no interior do próprio sistema de funcionamento que levava a água às torneiras dos municípios do Concelho de Setúbal.

A Câmara Municipal de Vieira do Minho avançou com um projeto, com o apoio de uma empresa, no sentido de identificar essas perdas, e de arranjar-las e tornar a água mais barata para os municípios.

Questionou se a Câmara Municipal de Setúbal tinha algum protejo relativamente a isso.

Relativamente ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, em 2023 aprovaram uma proposta relativamente ao aumento do IMI, que podia ir até ao décuplo agravado em cada ano subsequente, relativamente a proprietários de terrenos, edifícios, armazéns, edifícios daquela natureza, e tinha sido aprovado, se não foi por unanimidade, tinha sido aprovado sem votos contra, e, os proprietários daqueles imóveis pagaram, muitos com muita dificuldade, principalmente pela surpresa, uma vez que a nível nacional, era a informação que tinham, Setúbal foi uma das quase únicas Câmaras do país a adotar aquela medida, e naquele ano eram surpreendidos com um novo pagamento, reportado a 2025.

Acontecia que não veio nenhuma proposta à Câmara Municipal para ser discutida e aprovado esse aumento.

Tratava-se de um aumento fiscal, de um imposto e, a informação que tinha era no sentido de que cada aumento devia ser objeto de uma proposta discutida e aprovada, ou não aprovada, nas reuniões de Câmara Municipal.

Disse querer que o senhor Presidente os esclarecesse à cerca disso.

**Sr. Presidente** – Disse que já não tinha tempo, e a questão da água era substancialmente importante, por esse motivo propôs que na próxima reunião tivessem isso como um ponto no período antes da ordem do dia, porque havia uma avaliação, havia dados, eram públicos sobre isso.

Relativamente à questão da aplicação da lei que teve uma alteração no ano anterior, no que dizia respeito ao IMI, a Câmara Municipal aplicou a lei. A senhora Vereadora poderia fazer uma intervenção, mas devido ao tempo, e, para não estarem a perturbar o andamento dos trabalhos, e já tinha ultrapassado o tempo, disse que preferia que tratassem esse assunto na próxima reunião, com mais tempo.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que cedia o seu tempo.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que poderia responder rápido, se o senhor Presidente estivesse de acordo.

**Sr. Presidente** – Disse que poderia responder no tempo do senhor Vereador Fernando Negrão porque caso contrário o senhor Vereador Fernando José ia-lhe dizer que gastou demasiado tempo.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que o tempo que lhe cabia cedia à senhora Vereadora, e se não ficasse satisfeito com a resposta, se o tempo fosse insuficiente, na próxima reunião ficaria completado.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que respondendo rapidamente à questão colocada sobre o IMI, tratava-se da aplicação do Código de IMI relativamente às zonas de pressão urbanística, e o que previa era que quando havia imóveis desocupados e sem consumos pudesse haver um agravamento e, não estava no domínio da decisão das autarquias, nem da Câmara, nem da Assembleia Municipal, era uma aplicação direta do Código do IMI.

O que se passou no ano anterior foi uma clarificação da deliberação anteriormente aprovada, que não previa a consideração das zonas de pressão urbanística, uma deliberação tomada previamente e, portanto, não foi uma tomada de decisão, foi o fazer cumprir conforme o Código do IMI.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse ter as melhores relações com a senhora Vereadora Rita Carvalho, mas não esperava que o tratasse com aquele desprimor. Porque esteve a explicar-lhe coisas que explicou quando formulou a sua pergunta e coisas que eram óbvias para si porque eram de natureza jurídica. Não lhe respondeu porque é que não tiveram ali uma proposta para discutirem um aumento para 2025 daquele imposto, e ele aparecia aos destinatários para eles pagarem o mesmo. Era essa a pergunta, não era a formulação jurídica, nem a existência jurídica porque essa sabia que existia.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse ser a aplicação direta da lei que não estava na dependência da decisão das câmaras. Era a aplicação direta do código do IMI. No ano anterior aquela deliberação foi à Câmara porque havia um erro na redação da deliberação aprovada do IMI relativamente às zonas de pressão urbanística.

A aplicação da lei era direta e, não foi só a Câmara de Setúbal que a aplicou, houve várias, naquele momento não conseguia recuperar o número, mas foram com certeza mais de 50. Naquele momento não tinha o número, mas poderia enviar ou trazer na próxima reunião de Câmara.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse ter muitas dúvidas que fosse necessário que a Câmara Municipal de Setúbal deliberasse aplicar aquilo que decorria da lei, e, portanto, se tomou uma deliberação era porque tinha opções.

(burburinho de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que, por outro lado, como pensava que todos sabiam, o IMI a cobrar em 2025, que era referente a 2024, bem como as suas majorações e minorações, só seria devido em 2025, e as notas de cobrança só seriam emitidas em 2025, não eram emitidas em 2024, portanto, certamente, haveria algum lapso na informação que tinha sido transmitida ao senhor Vereador Fernando Negrão, e que o senhor Vereador Fernando Negrão transmitiu àquela Câmara, porque notas de cobrança emitidas naquele ano era referência àquilo que tinha sido aprovado no ano anterior, e para aquele ano não para 2025.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que o senhor Vereador teria recebido ou sido informado por algum munícipe, era a intenção de classificação de um imóvel enquanto devoluto ou ruína e, não uma nota de cobrança, também previsto no Código do IMI que havia no âmbito da audiência prévia, uma notificação prévia com a intenção de classificação como ruína, ou devoluto, para efeitos de cálculo do IMI.

Sessenta e quatro autarquias aplicaram.

**Sr. Presidente** – Disse que poderiam tratar aquele assunto na próxima reunião.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que continuariam na próxima reunião.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 11 a 13.

#### **“Saudação**

#### **Aniversário Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão**

*É com enorme satisfação que o Partido Social Democrata assinala o 48.º aniversário do Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão, data comemorada no passado dia 11 de outubro de 2024. Desde a sua fundação, em 1976, o CCDBA tem demonstrado uma incansável determinação em promover a cultura, o desporto e o bem-estar em Azeitão.*

*Ao longo de quase 5 décadas, o CCDBA tem crescido e evoluído, proporcionando oportunidades valiosas de desenvolvimento pessoal e desportivo às gerações setubalenses, contribuindo também para a criação do gosto pela arte e cultura. A sua presença ativa na comunidade é um motivo de orgulho e inspiração.*

*Os vereadores do PSD reconhecem o trabalho desta instituição e aguardam de olhos postos no futuro, o sucesso promissor que se avizinha. Os nossos sinceros parabéns por estes 48 anos de trabalho e dedicação.*

*Endereçamos os nossos votos de continuação de um ótimo trabalho e desejamos que o e desejo que o CCDBA continue a inspirar e fazer a diferença durante muitos mais anos”.*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal**

*A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal celebra, no próximo dia 19 de outubro, os seus 141 anos de existência. Esta é uma instituição de carácter crucial para o bom funcionamento e segurança de todos os setubalenses. Os Bombeiros Voluntários de Setúbal são uma força vital, que ao longo de várias gerações têm servido a nossa comunidade com uma dedicação ímpar, coragem inabalável e profissionalismo exemplar.*

*A sua missão, que se foca em salvar vidas e prestar auxílio nos momentos mais críticos, é de um valor incalculável para todos nós. Em tempos de emergência, são os Bombeiros Voluntários a esperança de que tudo vai ficar bem. A sua presença tranquilizadora é um pilar de segurança para a população de Setúbal.*

*O Município de Setúbal, assim como todos os seus cidadãos, reconhece a importância desta associação. Por isso, parabeniza os bombeiros voluntários de Setúbal pelo seu 141º aniversário e agradece por todo o serviço prestado à comunidade, mas também pela sua bravura, trabalho árduo e compromisso para com todos nós”.*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário Escola de Futebol Feminino de Setúbal**

*No passado dia 15 de outubro de 2024, a Escola de Futebol Feminino de Setúbal completou o 23.º ano de atividade no município. Este clube tem desempenhado um papel fundamental na promoção e desenvolvimento da modalidade feminina na região de Setúbal.*

*A Escola de Futebol Feminino de Setúbal é uma das primeiras e principais escolas do país, no que concerne à prática exclusiva do futebol no feminino. Ao longo da última década, o clube tem-se afirmado como um verdadeiro pilar na comunidade setubalense graças ao seu compromisso com o desenvolvimento desportivo e promoção de atividade física de jovens, no qual encontram um espaço onde podem crescer e evoluir. O prestígio da Escola de Futebol Feminino deve-se ao esforço e dedicação de todos os profissionais, os quais são essenciais para o sucesso das atletas que por ela passam.*

*Num momento em que o futebol feminino ganha cada vez mais destaque, os vereadores do Partido Social Democrata não poderiam deixar de reconhecer o impacto positivo que a Escola de Futebol Feminino tem trazido à cidade de Setúbal. Felicitamos o clube pelos seus 23 anos de compromisso, dedicação e excelência e desejamos que esta jornada continue a inspirar e a formar a nova geração de jovens mulheres futebolistas”.*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que ainda no tempo em que os homens julgavam que as mulheres não tinham pernas para jogar futebol, que teriam alguma incapacidade, ou qualquer coisa do género, em Setúbal já existia uma escola que se dedicava exclusivamente ao futebol feminino, era notável, e aquelas coisas aconteciam e não se sabia. Havia muita gente que não interessava que se soubesse, designadamente no que dizia respeito a questões de género.



**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Apresentou o seguinte voto de pesar, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

**“Voto de pesar  
Jorge Moreira**

*É com profundo pesar que os vereadores do Partido Social Democrata lamentam profundamente o falecimento de Jorge Moreira, que nos deixou no passado dia 4 de outubro. Natural de Setúbal, o radialista tornou-se uma figura incontornável da comunicação na cidade. Começou a sua carreira em 1980 na Rádio Voz de Setúbal, pese embora se tenha tornado mais conhecido à frente dos mais populares programas entre os setubalenses como “Manhãs Divertidas” e “Côco Louco”, para além de ser o responsável por trazer aos palcos da cidade grandes nomes da música popular portuguesa.*

*Jorge Moreira não foi apenas um “homem da rádio”, mas alguém de grande conhecimento e experiência no mundo da comunicação. A sua partida deixa um vazio na cultura setubalense, mas o seu legado perdurará na memória de todos os que na sua companhia passaram bons momentos, dentro e fora do estúdio. Neste momento de pesar, prestamos homenagem a um homem que tanto enriqueceu a cultura da nossa cidade”.*

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 15 a 21.

**“Saudação**

**Aniversário do Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão**

*Fundado em 1976, o Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão (CCDA) assinalou o seu 48.º aniversário no dia 11 de outubro.*

*Como membro ativo e dinâmico do movimento associativo do Concelho de Setúbal, tem desenvolvido um importante trabalho em prol da comunidade, através da sua oferta desportiva, em especial junto dos mais jovens, bem como através da sua oferta cultural e recreativa, constituindo-se enquanto parceiro indispensável do poder local na democratização do acesso ao desporto e à cultura.*

*O movimento associativo desempenha um papel determinante para o desenvolvimento dos territórios a nível local, em área como o desporto, a cultura, a juventude e a educação. As entidades que o compõe são verdadeiras ferramentas de transformação social, expressões máximas de cidadania e participação cívica na nossa sociedade democrática.*

*Reconhecendo a relevância do movimento associativo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.*

**“Saudação**

**Aniversário do Estrelas do Faralhão Futebol Clube**

*O Estrelas do Faralhão Futebol Clube, coletividade da Freguesia do Sado, assinalou o seu aniversário no dia 1 de outubro.*

*Fundado em 1973, surgiu no seguimento da criação de uma equipa de futebol, em 1967, tendo como objetivo dar resposta a uma lacuna identificada pela população do Faralhão, nomeadamente quanto à inexistência de atividades de âmbito desportivo nesta zona do Concelho.*

*Assim, foi desenvolvendo uma atividade baseada maioritariamente no desporto de formação, especialmente na modalidade de futebol, procurando também organizar atividades de âmbito recreativo e cultural.*

*Como membro do movimento associativo Setubalense, desempenha um importante papel para o desenvolvimento cultural e desportivo do território a nível local, enquanto expressão daquilo que são os interesses de uma comunidade que, face às necessidades identificadas, decidiu agir em prol do bem comum.*

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Estrelas do Faralhão Futebol Clube, órgãos sociais e sócios, pelo seu 51.º aniversário”.

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Clube de Futebol ‘Os Sadinós’**

O Clube de Futebol ‘Os Sadinós’, fundado em 1946, celebrou o seu 77.º aniversário no dia 5 de outubro.

Assinalou 77 anos de importantes e indispensáveis contributos para o desenvolvimento cultural e desportivo do Concelho de Setúbal, estabelecendo-se enquanto um parceiro fundamental do poder local, mas também das restantes entidades do movimento associativo Setubalense, abrindo as portas da sua sede à comunidade.

Procurando dar resposta àquilo que tem sido a evolução das necessidades e interesses das populações, continua comprometido com a preservação da cultura e tradições, como é exemplo o seu grupo de cantares alentejanos, o Grupo Coral “Os Amigos dos Sadinós”, pelo qual é tão conhecido. Fundado em 1994 e estando em atividade até então, o Grupo contribui para a preservação do cante alentejano – Património Imaterial da Humanidade.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam o Clube de Futebol ‘Os Sadinós’, órgãos sociais e sócios, por mais um aniversário, saudando-os de igual modo pelo seu contributo para o desenvolvimento do Concelho de Setúbal, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, e para a democratização do acesso à cultura e desporto”.

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da Escola de Futebol Feminino de Setúbal**

Fundada em 2001, a Escola de Futebol Feminino de Setúbal assinalou o seu 23.º aniversário na passada terça-feira, dia 15 de outubro.

Dedicando-se exclusivamente à formação desportiva na modalidade de futebol feminino, assume como sua missão promover sonhos. Tem sido das entidades que, em Portugal, tem contribuído para o desenvolvimento desta modalidade, que tem evoluído a passos largos, afirmando-se e consolidando-se época após época.

Em janeiro de 2024, foi publicado um estudo da Portugal Football Observatory, da FPF, que, fazendo o retrato evolutivo nas últimas 11 épocas desportivas (2012/13 a 2022/23), demonstra a evolução positiva das modalidades de futebol e futsal feminino, tendo o número de jogadoras aumentado 132%, isto é, de 6.520 jogadoras em 2012/13 para 15.113 no final de 2022/23.

Além de outras conclusões da análise feita pelo observatório, destaca-se também o enorme crescimento do número de competições de futebol feminino em Portugal, que aumentou de 27 para 94 (248%).

Quanto ao distrito de Setúbal, segundo dados da Associação de Futebol de Setúbal, num universo total de sensivelmente 15 mil praticantes, mais de 1000 são do género feminino.

Neste sentido, e reconhecendo o seu contributo para a promoção do desenvolvimento desportivo do Concelho, bem como para a promoção da igualdade de género no desporto, para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, onde homens e mulheres têm oportunidades iguais em todas as áreas, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Escola de Futebol Feminino de Setúbal, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

#### **“Saudação**

##### **João Cruz sagra-se campeão da Europa Cadetes masculinos, em patinagem livre**

O jovem atleta setubalense, João Cruz, participou na Cup of Europe – Artistic Roller Skating 2024, que teve lugar em Zurique, na Suíça, entre os dias 5 e 13 de outubro.

Nesta competição, que contou com a participação de mais de 400 atletas de diversos escalões, provenientes de 16 países, João Cruz alcançou o 1.º lugar no escalão de cadetes.

O atleta, que em 2023 foi Campeão Nacional, Vice-campeão da Europa de Patinagem Livre e medalha de bronze no Campeonato Mundial de Patinagem Artística, sai vitorioso na Taça da Europa, num ano em que foi já Campeão Distrital e Campeão Nacional.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, que têm acompanhado com grande orgulho o percurso deste jovem atleta, à semelhança de outros atletas Setubalenses nas mais diversas modalidades, saúdam e felicitam João Cruz, a sua equipa técnica e o Artwheels Clube de Patinagem do Sul, pela conquista de mais um título internacional, fazendo votos de continuação do excelente trabalho que, apesar de ser já reconhecido, tem também de passar a ser devidamente apoiado”.

#### **“Saudação**

##### **Rita Xufre e Leonor Carvalho voltam a ocupar o pódio da Taça de Portugal de BMX**

As atletas do Núcleo Bicross de Setúbal/knowledge inside, Rita Xufre e Leonor Carvalho, participaram na etapa final da Taça de Portugal de BMX Race 2024, que teve lugar em Portimão, durante o primeiro fim-de-semana do mês de outubro.

Acompanhada de Leonor, sua colega de equipa que conquistou o bronze e ocupou o terceiro lugar do pódio, Rita voltou a destacar-se nas duas etapas finais da Taça de Portugal e terminou a competição em primeiro lugar, sagrando-se campeã nacional de BMX.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, que o ano passado tiveram a oportunidade e o gosto de congratular ambas as atletas pela sua prestação na Taça de Portugal de BMX 2023, saúdam e felicitam-nas, bem como o Núcleo de Bicross de Setúbal pela vitória obtida e objetivos alcançados, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Teatro do Elefante**

Fundado em 1997, o Teatro do Elefante - Ação Cultural celebrou o seu 27.º aniversário no dia 6 de outubro.

O Teatro do Elefante é uma cooperativa sociocultural, que desenvolve atividades no campo artístico e sociocultural, designadamente através da criação e produção de espetáculos de teatro e outros eventos socioculturais, como ações de formação e difusão das artes dramáticas e performativas, de animação sociocultural e comunitária, envolvendo as populações locais.

Procura dar especial atenção à conexão do coletivo de artistas com a comunidade, bem como à divulgação de obras literárias contemporâneas de origem portuguesa, ou da literatura universal, sendo a recriação para a adaptação às linguagens específicas do teatro e da atualidade a marca do seu trabalho dramático.

Entidades como o Teatro do Elefante desenvolvem uma atividade de âmbito cultural com impacto social significativo nas comunidades, contribuindo para o desenvolvimento integral dos territórios a nível local. O teatro, como instrumento de participação cívica e educação não formal, desempenha assim um papel preponderante na valorização do património cultural, difusão de valores e consolidação da democracia.

Reconhecendo o importante papel do movimento associativo para a democratização do acesso à cultura e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, enquanto ferramenta de cidadania e motor de transformação social, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Teatro do Elefante - Ação Cultural por mais um aniversário”.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que sobre o falecimento de Jorge Moreira, existia um voto de pesar apresentado pelo PSD, o senhor Presidente também tinha um voto de pesar para apresentar, eles também tinham, pensava que depois poderia ser conjugado num único voto de pesar. Sobre o Jorge Moreira, em nome dos vereadores do Partido Socialista, quis dizer algumas palavras rápidas.

O Jorge era uma pessoa da rádio, era a voz da rádio, *Rádio Voz*, depois *Rádio Jornal*. Potenciou a divulgação de música portuguesa, de artista de Setúbal, mas não só.

Teve dois programas bem conhecidos para além de outro, que era os *Discos Pedidos*, que fazia companhia a muitas pessoas que ouviam à noite rádio, tinha-se perdido um pouco esse hábito, mas a verdade era que as *Manhãs Divertidas* e o *Coco Louco* deram também azo àquele espetáculo que era feito todos os anos no Fórum Municipal Luísa Todi, que enchia e, que trazia à nossa cidade artistas da música portuguesa, fora de Setúbal, e também muitos artistas de Setúbal que participavam.

O Jorge era um fã incondicional de *Demis Roussos*, nunca teve jeito para cantar, mas imitava muito *Demis Roussos*. Era um amigo do movimento associativo. O Jorge nunca dizia que não, e auxiliava nos seus programas de rádio a divulgar as atividades do nosso movimento associativo.

Por isso, era alguém que nos deixava com saudade, nos últimos tempos a sua vida já muito debilitada e com enormes dificuldades, era alguém que deixava saudades, era alguém que a Câmara Municipal de Setúbal reconheceu ainda em vida, no ano anterior a Câmara Municipal de Setúbal atribuiu a medalha da cidade, e entendiam que o Jorge merecia ter, mas isso seria obviamente visto em termos de toponímia, o nome numa rua, na nossa cidade, mas merecia mais do que isso, pelo que fez pela música portuguesa, pelos artistas da nossa cidade, pelo movimento associativo, seria da Câmara Municipal equacionar uma homenagem.

Uma homenagem no Fórum Municipal Luísa Todi, numa réplica daquilo que foi o *Coco Louco*, a sua imagem de marca. Pensava que o Departamento da Cultura, falando com alguns artistas da nossa cidade, conseguiriam de forma fácil a organização desse espetáculo de homenagem ao Jorge Moreira.

Em nome dos Vereadores do Partido Socialista dizer: “até um dia Jorge”.

**Sr. Vereador Fernando José** – Apresentou o seguinte voto de pesar, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

**“Voto de Pesar  
Falecimento de Jorge Moreira**

*Jorge Moreira, radialista setubalense, faleceu no passado dia 4 de outubro aos 67 anos, vítima de doença prolongada.*

*Iniciou a sua carreira militar aos 20 anos na Força Área, em Tancos, passou depois para a Base das Lajes, nos Açores, e, em 1980 já na Base Aérea do Montijo, sofreu um acidente que lhe provocou problemas de locomoção.*

*Após o acidente e durante um período de recuperação, começou o seu percurso na Rádio Voz de Setúbal, em inícios da década de 90, e transitou depois para a Rádio Jornal de Setúbal, onde esteve à frente de programas como “Manhãs Divertidas” e “Côco Louco”, que trouxe aos palcos do Concelho grandes nomes da música popular portuguesa, como Marco Paulo, Tony Carreira, Trio Odemira, Dino Meira, entre outros.*

*No início dos anos 90 recebeu o troféu “Jogos da Rádio”, promovido pela revista dirigida na altura por António Sala.*

*Reconhecido pelo seu profissionalismo, dinamismo e proximidade com os ouvintes, mas também pelos seus contributos para o desenvolvimento cultural do Concelho de Setúbal, recebe, em 2023, a Medalha da Cidade de Setúbal na categoria Atividades Culturais.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família, amigos e a todos aqueles que sentem profundamente a sua ausência, as mais sentidas condolências”.*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24.

**“Saudação  
Patinagem artística  
João Cruz**

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda o patinador João Cruz por mais um excelente resultado na Taça da Europa em Patinagem Livre.*

*Na competição que teve lugar em Zurique, na Suíça, o patinador setubalense trouxe para a cidade do Sado o título de campeão em patinagem livre e ainda uma medalha de bronze na modalidade de Solo Dance, no escalão de cadetes.*

*João Cruz junta mais duas medalhas internacionais às conquistadas em 2022, em Itália, onde se sagrou Campeão Europeu de Patinagem Livre (individual) na Taça da Europa, e em 2023, quando alcançou a medalha de prata no Campeonato da Europa e o terceiro lugar na Taça do Mundo, na Argentina.*

*A Câmara Municipal felicita o atleta pelos títulos alcançados e por continuar a levar mais longe o nome de Setúbal e do país”.*

**“Saudação  
Patinagem artística  
Clube Patinagem do Sado**

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Clube de Patinagem do Sado pelos excelentes resultados obtidos no Campeonato do Mundo de Patinagem Artística que decorreu em Rimini, Itália, de 8 a 21 de setembro.*

*O Clube Patinagem do Sado fez-se representar em excelente nível, com 22 atletas em prova divididos em dois grupos na competição de Grupos Pequenos e de Grupos Grandes, alcançando das melhores classificações de sempre nos grupos em competição num campeonato do mundo, sendo TOP 10 do ranking Mundial:*

- 9.º Classificado em Grupos Pequenos – “GUEISHA'S LIFE CHOICE (POR)”
- 8.º Classificado em Grupos Grandes – “ONE LESS CASUALTY (POR)”

*A Câmara Municipal de Setúbal felicita os atletas e a sua treinadora Mariana Pêra, assim como a direção do CPS por mais esta fantástica participação que elevou bem alto o nome de Setúbal e de Portugal!”*

**Sr. Presidente** – Apresentou os seguintes votos de pesar, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

**“Voto de Pesar  
Jorge Simões  
Jorge Moreira**

*A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento, em setembro, de Jorge Simões, o jornalista que, vindo de outras paragens, aqui se fixou e fundou em Setúbal, com muitos amigos sadinos, a rádio local que inspirou consistentemente o processo de legalização das estações que, à época, eram apelidadas de rádios pirata.*

*Jorge Simões, com outros reputados jornalistas e homens da rádio, construiu uma rádio local de grande qualidade em Setúbal que mantinha 24 horas de emissão diária, com blocos noticiosos de hora a hora e grandes noticiários ao início da manhã e ao fim da tarde. Manteve uma programação desportiva que passava pelo acompanhamento semanal do Vitória Futebol clube, onde quer que jogasse, além de uma programação de autor, que abordava os mais variados géneros musicais e temas.*

*Jorge Simões, que teve, depois da Rádio Azul, notável carreira como produtor de programas de televisão de grande audiência na área do entretenimento, é reconhecido como formador e inspirador de uma geração de jornalistas setubalenses que desempenham hoje cargos de direção em grandes órgãos de comunicação nacional. Inspirou, igualmente, uma geração de técnicos de emissão de rádio que trabalham hoje em rádios e televisões nacionais e estrangeiras”.*

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta igualmente profundo pesar pelo falecimento de Jorge Moreira, outro homem da rádio setubalense que marcou, indelevelmente, as ondas hertzianas locais.

Com os seus programas Coco Louco e Manhãs Divertidas, Jorge Moreira, primeiro na Rádio Voz de Setúbal e depois na Rádio Jornal, imprimiu sempre às suas emissões um cunho marcadamente setubalense, falando das nossas gentes e da nossa cultura.

Foi também responsável pela promoção de vários espetáculos musicais no nosso concelho que arrastaram milhares de pessoas entusiasmadas com a sua voz e alegria.

Foi, ainda, agraciado, em 2023, com a Medalha da Cidade Setúbal na Categoria de Atividades Culturais, com o apoio unânime da vereação da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça às famílias enlutada e amigos de Jorge Simões e Jorge Moreira sentidos pêsames.

Foi feito um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 16/2024 - Reunião ordinária de 15 de julho de 2024**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Deliberação n.º 568/2024 – Proposta n.º 41/2024 – GAP – Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal (Território da Arrábida) e o Estado de Rio Grande do Norte (Brasil)**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27.

**Sr. Presidente** – Disse que o que se propunha era que aquele desafio que tinha sido lançado pela senhora Governadora do Estado do Rio Grande do Norte se justificava no sentido de promoverem iniciativas que levassem os responsáveis dos municípios e também as nossas empresas a trocar experiências, e, portanto, a colaborar e contribuir para o desenvolvimento económico e social daquelas regiões.

O território Arrábida e o território do Estado do Rio Grande do Norte.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 569/2024 – Proposta n.º 42/2024 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da consulta pública do estudo de impacte ambiental do Projeto “Unidade industrial de conversão de lítio”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29.

**Sr. Presidente** – Salientou que dos vários descritores avaliados as medidas mitigadoras iam num sentido positivo, havia alguns aspetos que achava importante salientar. Pensava estarem todos recordados que, num primeiro parecer, a Câmara Municipal considerou a

importância de se ter em conta a questão dos recursos hídricos a utilizar, e, portanto, a solução que tem sido negociada, que era do conhecimento da Câmara Municipal, era a da utilização das águas tratadas na ETAR da Cachofarra.

Salientava isso porque pensava ser muito importante, foi uma das questões salientadas num primeiro parecer da Câmara Municipal, e que aquela solução parecia uma solução na procura de boas medidas de mitigação de impactos muito importantes para nós, como era aquela questão dos recursos hídricos e, portanto, o recorrer às águas tratadas da a ETAR era uma boa solução até porque as águas presentemente tratadas eram lançadas no meio aquático, parecia-lhe ser um esforço que era de assinalar.

Relativamente aos sobreiros que eram levantados, havia uma parte que não eram considerados em povoamento e, portanto, eram para permanecer no espaço na área de intervenção, havia outra parte que eram considerados em povoamento e, portanto, têm de ser substituídos numa multiplicação por mil, e, portanto, também essa garantia de que aqueles que, eram poucas dezenas, teriam de ser cortados que isso teria uma multiplicação significativa na reposição em outras zonas a considerar.

Por último, tinha a ver com o acesso das matérias-primas e com a saída do produto final. A proposta feita era que esse movimento fosse feito por transporte rodoviário pesado, como acontecia com a maioria das empresas da Mitrena, era uma solução que, progressivamente, se permitiu e que presentemente viam o que se passava na estrada da Mitrena.

A obra não estava parada, estava retomada, houve um período em que esteve parada, porque teve que ser feito um acerto no que dizia respeito às duas acessibilidades, por um lado ao Parque da Sapec e, por outro lado, à Navigator, e foi necessário haver um acordo entre aqueles dois representantes da atividade industrial no local com a empresa que fazia a obra, e era necessário formalizar isso, portanto, houve uma paragem da obra que teve a ver com isso, mas a informação que tinham era que a obra continuava a decorrer e esperavam que avançasse com a velocidade possível.

Sabiam o impacto que os transportes pesados rodoviários tinham naquela estrada, e no acesso à Mitrena, era bastante preocupante, pelo risco, a proposta que ali estava da empresa numa primeira proposta era de que se utilizasse também o transporte rodoviário e, por isso é que também chamava à atenção para esse facto.

Para além da situação já de limite do próprio uso da estrada da Mitrena, a proposta que ali estava era que a empresa fizesse investimentos no sentido de encontrar uma via alternativa à estrada da Mitrena para a circulação desse transporte, nessa perspetiva o estudo de impacte ambiental considerava estar ultrapassada essa dificuldade maior.

Teve uma reunião há algum tempo com o senhor Ministro das Infraestruturas - o atual Ministro das infraestruturas -, e falaram sobre algumas dificuldades e alguns problemas do nosso concelho e, uma das questões que colocou ao senhor Ministro foi exatamente o de ser urgente encontrar uma via alternativa do acesso à Mitrena.

Sabiam que a Mitrena era uma zona de risco, tinha 4 indústrias de risco e, só por isso, dava bem a ideia do risco que ali existia, e o que era facto, era que a única acessibilidade, a entrada e saída, naquela península, era a EN10-4 e que presentemente era conhecida pela estrada da Mitrena. Não podiam meter a cabeça na areia e dizer que: *“isto sempre foi assim e podemos continuar assim”*, e foi isso que chamou à atenção ao senhor Ministro para a necessidade de encontrarem uma via alternativa, fosse para que a estrada da Mitrena não estivesse tão sobrecarregada com os transportes pesados e, com os transportes ligeiros, e transportes públicos, mas que se encontrasse uma via alternativa para não sobrecarregar tanto aquela via e, ao mesmo tempo, que fosse aquilo que tem designado pela necessidade de uma via de fuga, ou seja, em situação de emergência que se pudesse utilizar uma via de fuga.

O senhor Ministro tinha ficado sensibilizado e disse-lhe que quando tivesse uma deslocação para Setúbal que fariam uma visita e falariam até com os empresários porque era uma iniciativa do interesse nacional e, no interesse das próprias empresas e, como não poderia deixar de ser, do município.



A questão que a Câmara Municipal naquele parecer colocava relativamente à questão dos transportes era a recomendação, que fosse feito um estudo de transporte alternativo, ou seja, a utilização da via-férrea na chegada e na saída dos produtos daquela empresa. Se assim acontecesse, iria beneficiar também outras empresas que ali estavam sediadas. Era uma recomendação que era feita pelos serviços e que, achava que era muito importante salientar esses aspetos.

Nos outros descritores que também foram avaliados em termos do impacte ambiental e das medidas mitigadoras, de uma maneira geral, o que se podia dizer era que, na avaliação do impacte ambiental elas ficavam abaixo dos níveis médios que estavam estabelecidos fosse para o ruído, fosse para a qualidade do ar, etc.

Portanto, estava ali aquela proposta, da aprovação daquele relatório, que era um parecer favorável condicionado àquelas medidas que identificou.

Como tinha sido prometido, solicitaram à empresa para fazer uma iniciativa da consulta pública, até ao momento não tiveram uma resposta favorável da empresa.

A empresa não era obrigada a fazer isso, mas continuariam a insistir para a empresa fazer uma exposição, mesmo após terminada a consulta pública, sobre aquele projeto e os impactos que ele tinha naquela região, no concelho de Setúbal, mas também as vantagens que aquela empresa poderia ter.

Recordou que naquele projeto, para além do investimento, que pensava que todos já tinham tido oportunidade de verificar que era um investimento muito significativo, provavelmente um dos investimentos maiores que aconteceram em Setúbal, para uma unidade empresarial, que aquele projeto previa a criação de 357 postos de trabalho diretos e 3.000 postos de trabalho indiretos, na região, sendo que 70% desses postos de trabalho eram trabalhadores altamente qualificados.

Considerava serem indicadores muito importantes para terem a ideia do que é que estava em causa. Nada daquilo justificava uma melhor atenção, ou uma melhor ponderação dos impactos que aquela atividade teria no nosso concelho e na nossa região.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse tinha lido na página 26, que estava previsto um Centro Internacional de Gestão de Emergência, questionou se iria acompanhar o início do projeto, o que estava previsto em termos da implementação daquele centro.

**Sr. Presidente** – Disse que aquele Centro de Emergência não fazia parte do projeto. Era um projeto que envolvia a Câmara Municipal e outras empresas da Mitrena, era apenas referenciado como uma zona de entrada alternativa na Mitrena. Aquela via que era uma via alternativa também beneficiaria esse centro de emergência, que estava em estudo, em avaliação, e que se aguardava financiamento para o mesmo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 570/2024 – Proposta n.º 43/2024 – GAP - “Empreitada de Reparação de Pavimentos no Concelho de Setúbal” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 571/2024 – Proposta n.º 44/2024 – GAP - “Aquisição de serviços de expedição de documentação comercial, integrados no âmbito do serviço postal universal, para o ano de 2025” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 572/2024 – Proposta n.º 45/2024 – GAP - Alteração do Mapa do Pessoal de 2024 – Criação de 11 lugares em várias carreiras /categorias – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 573/2024 – Proposta n.º 106/2024 – DAF - Regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição de Habitação Própria e Permanente, por Jovens dos 18 anos até aos 35 Anos no Município de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 a 38.

**Sr. Presidente** – Disse estarem ali as contribuições que foram apresentadas, designadamente pelos senhores vereadores do Partido Socialista, estava a explicação do porquê da aceitação de vários contributos e, naturalmente, estava a proposta final do regulamento.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que, como era óbvio, teria de dizer que quase um ano após terem aprovado ali aquela isenção, que foi a 22 novembro de 2023, vinha o regulamento.

Questionou, após a aprovação na Assembleia Municipal, como iam desencadear o procedimento para poderem fazer a devolução do valor que era devido a quem adquiriu casa a partir de 1 de janeiro de 2024, que era quando entrou em vigor a aplicação da medida.

Quando aprovaram foi para vigorar no ano de 2024 e, portanto, disse que gostaria de perceber, se esse procedimento ainda não estava equacionado, decorridos tantos meses, acreditava que sim, e que fosse só uma questão de aprovação naquela Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.

**Sr. Presidente** – Questionou se a senhora Vereadora tinha feito uma pergunta da entrada em vigor e da abrangência.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que não, após ir à Assembleia Municipal havia munícipes que adquiriram casa a partir de 1 de janeiro e, teria sido suposto não terem que suportar o custo correspondente ao IMT, os que reuniam as condições previstas, como era óbvio, aquilo que perguntou era como depois a Câmara Municipal ia fazer a devolução do valor que essas pessoas pagaram em que não era suposto terem pago.

**Sr. Presidente** – Solicitou esclarecimento ao senhor Diretor Municipal, Dr. Ricardo Medeiros.

**Dr. Ricardo de Medeiros** – Disse que o regulamento tinha eficácia retroativa, como se previa, por isso a devolução das verbas teria de ocorrer por requerimento dos interessados, até porque não tinham como saber que casas é que tinham sido adquiridas, os negócios praticados, por isso só mesmo por requerimento.

(intervenção inaudível)

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

Saíram da sala o senhor vereador Carlos Rabaçal e a senhora Vereadora Rita Carvalho.

**8. Deliberação n.º 574/2024 – Proposta n.º 118/2024 – DAF/DICONT - Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 a 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta 3 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

Entraram na sala o senhor vereador Carlos Rabaçal e a senhora Vereadora Rita Carvalho.

**9. Deliberação n.º 575/2024 – Proposta n.º 119/2024 – DAF/DICOR - Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2025**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**10. Deliberação n.º 576/2024 – Proposta n.º 120/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Rua dos Melros, n.º 96, ao Bairro do Peixe Frito ou Terrôa, da Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 577/2024 – Proposta n.º 121/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração “A”, do prédio sito na Praça Olga Morais Sarmento, n.º 22 - r/c Esq.º, da Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 578/2024 – Proposta n.º 122/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração “G” do prédio sito na Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 11 – 3.º Esq.º, da Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 579/2024 – Proposta n.º 123/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Ariovisto José Valério, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 580/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DCTUR/DIPRIC – CD-ARICD, Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios – Alteração aos estatutos e introdução de quota referente ao ano de 2024**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 a 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 581/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de licenças especiais de ruído – DASU/GAGIP**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 582/2024 – Proposta n.º 24/2024 – DEB/DIAPE – Parecer para regime de exceção dos horários duplos nas escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública do concelho de Setúbal 2024/2025**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 e 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 583/2024 – Proposta n.º 46/2024 – DOM – CP 20/2024/DOM – Empreitada “EXECUÇÃO DO PARQUE VERDE DA QUINTA DA AMIZADE” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 60 a 62.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que aquela proposta trazia a capacidade de uma intervenção profunda naquele território, mas era acompanhada, já naquele momento, com outras intervenções de grande monta pela Junta de Freguesia, pela Câmara Municipal em estacionamento, a Junta com a zona do quiosque e outras intervenções. Os Serviços Municipalizados com a realização da Ribeira e também com o avanço da criação do novo emissário junto à Ribeira.

No fundo, aquela proposta vinha somar e depois na conta final daquela empreitada, iriam ter um valor real, mas vinha somar um valor importante, mas aquela empreitada, de facto, tinha outras vertentes e outras intervenções de grande monta que iam estabelecer naquele espaço um parque urbano de grande qualidade.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Propôs retirar as propostas 113/2024 e 114/2024, para uma avaliação técnica mais apurada, tendo em conta que aquelas aquisições, quer de gasolina quer de gasóleo, era feita a granel e estavam a equacionar a hipótese de fazer um abastecimento via cartão. A ideia era na próxima reunião de Câmara trazerem uma proposta

diferente com uma alternativa que lhes parecia mais consentânea com os tempos atuais em termos de abastecimento.

**18. Deliberação n.º 584/2024 – Proposta n.º 113/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Consulta Prévia n.º 152/2024/DAF/DICOMP/SECOMP - Fornecimento contínuo de gasolina, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2024/2025, ao abrigo do lote 2 do Acordo Quadro AQ-CR-2023, da ESPAP – PAQ n.º 1508/2024/DITEM – RETIRADA**

**19. Deliberação n.º 585/2024 – Proposta n.º 114/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Consulta Prévia n.º 122/2024/DAF/DICOMP/SECOMP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2024/2025, ao abrigo do lote 2 do Acordo Quadro AQ-CR-2023, da ESPAP – Adjudicação – RETIRADA**

**20. Deliberação n.º 586/2024 – Proposta n.º 115/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 36/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de aluguer operacional de viaturas ligeiras de mercadorias, pelo período de 36 meses**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 587/2024 – Proposta n.º 116/2024 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Liberação de caução referente ao fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2021/2022, ao abrigo do lote 5 do Acordo Quadro AQ-CR-2018, da ESPAP – PAQ n.º 1062/2021/DITEM - Consulta Prévia n.º 96/2021/DAF/DICOMP/SECOMP**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 64 e 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 588/2024 – Proposta n.º 115/2024 – DCDJ – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras - Apoio financeiro para obras na sede social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 a 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 589/2024 – Proposta n.º 116/2024 – DCDJ/DISOC – Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas 2024 – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

**24. Deliberação n.º 590/2024 – Proposta n.º 117/2024 – DCDJ/DICUL – Festa da Ilustração Setúbal 2024 - Preços de venda de merchandising**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Convidou todos os Vereadores, todos os presentes e quem os assistia em casa, a visitar as mais diferentes exposições da Festa da Ilustração.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

**25. Deliberação n.º 591/2024 – Proposta n.º 118/2024 – DCDJ/DICUL – Venda do livro "Liberdade no Feminino", integrado nas Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 592/2024 – Proposta n.º 119/2024 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.



O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

**27. Deliberação n.º 593/2024 – Proposta n.º 120/2024 – DCDJ/DIDES – Protocolo de Cooperação Desportiva de Desenvolvimento do Futebol Feminino no Concelho de Setúbal**

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que ia começar por cumprimentar a senhora Presidente e a senhora Vice-Presidente da Escola de Futebol Feminino.

Certamente por prejuízo das suas vidas profissionais não puderam assistir ao início da reunião, onde a propósito do 23.º aniversário da entidade, foram apresentadas saudações, por aquelas bancadas, nomeadamente, pela bancada do Partido Social Democrata, bem como pela bancada do Partido Socialista, ao respetivo aniversário, com uma valorização profunda naquilo que tem sido o incremento e o desenvolvimento da prática do futebol feminino por aquela entidade.

Quase que diria que as respetivas saudações permitiriam abdicar daquela nota introdutória pela valorização que dava razão àquele mesmo protocolo, de todo o modo, e por uma questão de princípio iria fazer a leitura da respetiva proposta.

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 73 e 74.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que entre outras coisas, por exemplo, o acolhimento das seleções nacionais de futebol feminino dos diferentes escalões que seria certamente algo que orgulhava a cidade.

Disse que aquele era um processo que tem sido discutido com a Escola de Futebol Feminino, com a Associação de Futebol de Setúbal, com outras entidades. Era um protocolo que traziam agora, mas certamente que o desenvolvimento, e que a sua concretização estaria aberta a mais diferentes entidades, que no futuro pudessem querer ser parte daquele projeto, que acima de tudo se propunha na valorização do desenvolvimento do futebol feminino e na prática desportiva do concelho.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 594/2024 – Proposta n.º 117/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de implementação do Projeto Bairros Comerciais Digitais – Setúbal - Adjudicação**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 75 a 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

Saíram da sala os senhores Vereadores Pedro Pina e Fernando José



**29. Deliberação n.º 595/2024 – Proposta n.º 192/2024 – DURB/DIGU –  
Aprovação do projeto de arquitetura - Proc. 350/03**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

Entrou na sala o senhor Vereador Fernando José.

**30. Deliberação n.º 596/2024 – Proposta n.º 193/2024 – DURB/DIGU –  
Aprovação do plano de demolição de edifício existente – Proc. 82/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 597/2024 – Proposta n.º 194/2024 – DURB/DIGU –  
Aprovação do plano de demolição e emissão da licença de obras de  
demolição – Proc. 64/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**32. Deliberação n.º 598/2024 – Proposta n.º 195/2024 – DURB/GAPRU –  
Aprovação condicionada do projeto de arquitetura - Obras de alteração e  
ampliação – Proc. 270/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

Entrou na sala o senhor vereador Pedro Pina.

**33. Deliberação n.º 599/2024 – Proposta n.º 196/2024 – DURB/GAPRU –  
Licenciamento para obras de demolição, alteração e ampliação de edifício  
destinado a comércio/serviços e habitação – Proc. 127/22**



A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

Saiu da sala o senhor Vereador Fernando Negrão.

**34. Deliberação n.º 600/2024 – Proposta n.º 197/2024 – DURB/GAPRU – Informação prévia favorável condicionada sobre viabilidade de construção de um conjunto de edifícios de habitação coletiva com estacionamento em cave, logradouro, piscina comum, edifício de apoio e muros de vedação – Proc. 27/24**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**35. Deliberação n.º 601/2024 – Proposta n.º 198/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinal de “Proibição de exceder velocidade máxima de 30 km/h.”, na Avenida Paula Costa**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 86 a 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

Entrou na sala o senhor vereador Fernando Negrão.

**36. Deliberação n.º 602/2024 – Proposta n.º 199/2024 – DURB/DIMOT – Isenção de pagamento de estacionamento tarifado ao setor da pesca profissional e afins na frente ribeirinha da cidade de Setúbal**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 89 e 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**37. Deliberação n.º 603/2024 – Proposta n.º 200/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini duplo c/ 6m<sup>2</sup> cada face – Proc. 678/16**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 91 e 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**38. Deliberação n.º 604/2024 – Proposta n.º 201/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini duplo c/ 6m<sup>2</sup> cada face – Proc. 707/16**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 93 e 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**39. Deliberação n.º 605/2024 – Proposta n.º 202/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 40m<sup>2</sup> - Proc. 709/16**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 95 e 96, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**40. Deliberação n.º 606/2024 – Proposta n.º 203/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito – Proc. 13/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 97 a 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**41. Deliberação n.º 607/2024 – Proposta n.º 204/2024 – DURB/ GARIU – Lona publicitária c/ 30m<sup>2</sup> em empena – Proc. 160/15**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 101 a 103, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**42. Deliberação n.º 608/2024 – Proposta n.º 205/2024 – DURB/GARIU - Colocação de cartazes publicitários alusivos a circo – Ratificação – Proc. 120/24**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 104, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **43. Deliberação n.º 609/2024 – Proposta n.º 207/2024 – DURB/GAPGPA - Proposta de fixação do período de época balnear 2025**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 105.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Questionou o porquê de ser a 7 de junho.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que o mesmo coincidia com o final do período escolar. Não coincidia propriamente na última semana do período escolar, em que começava a existir disponibilidades de nadadores-salvadores, que por norma eram estudantes universitários, no entanto, se fosse mais cedo tornar-se-ia mais difícil a operação, inclusive a operação dos transportes públicos. Antes daquela data seria muito difícil garantir a disponibilidade de nadadores-salvadores.

Disse pretender dar uma nota relativamente à operação de 2024 “Arrábida Sem Carros”, sobretudo no que se referia à utilização do transporte público. Surpreendentemente e ainda bem, disse haver uma utilização do transporte público muito acima do ano anterior.

No ano anterior registaram números de utilizadores na ordem dos 200 mil passageiros e em 2024 na ordem dos 400 mil passageiros. Aquela medida estaria relacionada com o reforço da oferta, com a gratuidade do passe para os estudantes até aos 23 anos e com a proposta de redução em 10,00 € do Passe Municipal. Tratava-se de números muito satisfatórios, provando que o modelo de transporte público deveria ser incrementado e incentivado.

Aquela operação era muito difícil de fazer cumprir no terreno, sendo merecido um agradecimento a todas as entidades que participavam no garante do funcionamento do “Arrábida Sem Carros”, desde logo os serviços municipais, mas também as forças de autoridade, em particular a GNR e também a Santa Casa da Misericórdia de Azeitão deram um apoio considerável na concretização daquela operação.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse concordar com aquilo que tinha sido dito pela senhora vereadora Rita Carvalho.

Referiu que em outras cidades acrescentavam sempre a nota de que, o transporte público tornava-se insuficiente e que era preciso reforçar o investimento para poder ter capacidade de resposta para o aumento exponencial que felizmente acontecia.

Questionou se aquela questão foi discutida no âmbito da parceria existente nos transportes públicos.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que na época balnear tinham um problema concreto, havia uma sobreposição de datas entre a época escolar e a época balnear, significava que enquanto decorria o período escolar o transporte público de acesso às praias era muito mais restrito, porque tinha que ser garantido o transporte escolar. Geralmente e sobretudo nas relações intermunicipais era insuficiente a oferta relativamente à procura.

No lote 4 onde a câmara estava inserida no contrato com TML e AML, o lote 4 estava com um serviço acima dos 100%, na ordem dos 113% relativamente ao valor contratado. Muitas das carreiras iriam ser reforçadas no início de novembro no percurso Setúbal/Lisboa.

Atualmente o serviço de transporte público rodoviário, tal como referira o senhor Vereador Fernando Negrão e bem, não garantia todas as necessidades na relação intermunicipal. Sendo fundamental o reforço do serviço de transporte público rodoviário, mas também os

outros complementos, nomeadamente o ferroviário que tinha um grande serviço para Lisboa e para outros concelhos da margem sul e margem norte.

**Sr. Presidente** – Disse ser uma matéria da mobilidade que mereceu da parte da Câmara Municipal desde há alguns anos uma preocupação, tendo em conta algumas dificuldades para resolver problemas concretos, designadamente no acesso às praias. Tratava-se de uma situação considerada transitória, a qual terá sido transmitida à senhora Ministra do Ambiente. Apostavam em encontrar uma solução definitiva que garantisse melhores condições de acesso e segurança às praias.

Aquele processo era acompanhado com a implementação do novo concessionário de transportes. A solução era bastante positiva, porque os autocarros eram novos, mais de 30% dos autocarros eram elétricos, no entanto, precisavam de reforçar a oferta, tanto nos transportes rodoviários como nos transportes ferroviários.

Disse que houve iniciativas da parte da Câmara Municipal com o anterior Governo, relativamente à possibilidade do reforço do número de comboios na ligação Lisboa/Setúbal e no seu prolongamento até Praias do Sado (Instituto Politécnico).

No anterior Governo, o senhor ministro de então ficou sensibilizado para a questão. Tivera a oportunidade de colocar a questão ao atual Ministro das Infraestruturas, ficando o mesmo de aprofundar quando tivesse a reunião com a Área Metropolitana de Lisboa.

Disse estarem na expectativa de reforçar a ligação a Lisboa.

Referiu estarem muito satisfeitos, porque as orientações que deram naquele processo deram ótimos resultados. No acesso às praias duplicara o número de utentes em transporte público referente a 2024 e também um aumento significativo com as ligações intermunicipais.

Tudo apontava que se devesse rever aquela concessão no sentido de poder aumentar o número de oferta ou deixar terminar aquele concurso para num novo concurso ter em conta aquela nova procura, continuando sempre a reforçar a possibilidade de uma oferta que fosse ao encontro das necessidades das populações, podendo haver uma maior utilização do transporte público tanto na cidade como no intermunicipal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

#### **44. Deliberação n.º 610/2024 – Proposta n.º 1/2024 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024 - Aplicação da taxa do IMI Familiar**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **45. Deliberação n.º 611/2024 – Proposta n.º 2/2024 – GAVPSD – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 107.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que quando olhavam para a fixação da taxa de IMI, tinham que o fazer com algum sentido histórico. Sabiam que a taxa de IMI estivera durante muitos anos fixada em Setúbal pela taxa máxima e que por ação das propostas do Partido

Socialista que o PSD acompanhou, exceto em 2022, tinha sido possível fazer uma redução significativa daquele imposto municipal.

Recordou que no ano anterior, na reunião de 3 de maio, na sequência da apresentação de uma proposta de IMI apresentada pelo Partido Socialista que o PSD, pela voz do senhor vereador Fernando Negrão, considerara prematuro apresentar a proposta de fixação do IMI, remetendo para a discussão do orçamento, assim como na reunião de 4 de outubro 2023, o PSD, na voz do senhor Vereador Fernando Negrão remetera novamente a discussão da proposta para o orçamento.

Registou que o PSD mudou de opinião e que em boa hora o fizera, porque a fixação da taxa do IMI poderia ser deliberada em qualquer momento, sob proposta apresentada em reunião de câmara.

Aquela proposta apresentada pelo PSD vinha tarde por diversos motivos. Em 2022, o PSD permitira a reversão da proposta já apresentada de 0,37, mantendo o IMI de 2022 e quase em 2023 em 0,40. Vinha tarde, porque em 2023 foi o PSD que impedira por duas vezes que os 0,37 fossem aprovados em reunião de câmara, tendo depois apresentado uma proposta 0,39. Vinha tarde, porque a proposta era uma cópia quase exata da proposta apresentada pelo PS em 2023.

O PSD demonstrava ser o partido do “Status Quo”, apresentando uma proposta sem rojo, ficando satisfeito com a manutenção de 2.ª taxa de IMI mais alta do distrito, num distrito onde a taxa média foi de 0,34 em 2023, cobrada em 2024.

Os Vereadores do Partido Socialista entendiam que aquela era uma proposta que não correspondia à necessidade de continuar a redução gradual do IMI no concelho de Setúbal, por essa razão o Partido Socialista não poderia acompanhar.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que poderiam ser apresentadas a qualquer momento.

Agradeceu muito ao senhor Vereador Joel Marques, a simpatia de o fazer lembrar, no entanto, não seria necessário. O senhor Vereador Joel Marques falava tanto que dizia coisas desnecessárias e com alguma frequência.

Disse que não teriam que apresentar quando os senhores vereadores quisessem, mas sim quando entendiam que era adequado.

No início, quando chegaram à câmara, achavam que deveriam conhecer primeiro a situação financeira da câmara para depois decidir o que haviam de apresentar em termos de impostos.

Disse que já estavam há 3 anos, conheciam bem aquilo que era a situação financeira da câmara e consideraram que aquele seria o momento adequado para apresentar as propostas, por essa razão apresentaram-nas, sendo que duas delas já tinham sido sujeitas a votação.

Obviamente que retirando todos os considerandos que o senhor Vereador gostava de fazer, tinham o maior respeito pelos votos contra, abstenções ou a favor.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que não iria entrar em grandes considerações, mas apenas deixar nota que a bancada do PSD foi mais além do que aquilo que foi o seu compromisso em matéria de IMI para com os setubalenses.

Consideravam que quando se elaborava os programas eleitorais não conheciam o que iria acontecer nem quais seriam as circunstâncias que os esperavam nos quatro anos seguintes.

Disse ser um sinal de inteligência introduzir medidas que fossem mais necessárias para a população. O senhor Vereador fez questão de referir que “a bancada do PSD acompanhara e depois deixou de acompanhar”, tratava-se de uma avaliação que faziam no momento. Acompanharam na redução do IMI para 0,37 e depois foram acompanhados na redução do IRS.

O que mais importava era que as propostas fossem viabilizadas, contribuindo para aquilo que era o aumento do orçamento disponível das famílias.



**Sr. Presidente** – Disse pretender retificar uma intervenção do senhor Vereador Joel Marques. Durante muito tempo a Câmara Municipal tinha o IMI nos valores máximos, porque o contrato de reequilíbrio financeiro assim obrigava e o senhor Vereador sabia.

Em 2021 a proposta do executivo da CDU reduzira o IMI de 0,44, significava que não se tratava da taxa máxima e em 2022 pretendia baixar o IMI para 0,43. Os Vereadores não entenderam e fizeram aquilo que todos sabiam. Não estaria em causa dizerem que as taxas e os impostos em Portugal eram bons para os portugueses. Como sabiam, os partidos que representavam a CDU na Assembleia da República todos os anos levaram proposta para baixar os impostos, incluindo o próprio IVA.

No entanto, na Assembleia da República verificava-se que tanto o PS como o PSD votavam contra as propostas.

Quando os Vereadores conheciam a situação financeira da Câmara Municipal de Setúbal, propunham exatamente uma redução significativa das receitas do município. Gostaria que ficasse claro, qual seria a coerência com que a CDU se apresentava aos setubalenses e na defesa dos interesses dos setubalenses e dos portugueses em geral. Aquilo que os Vereadores faziam era dificultar a gestão da CDU ao longo dos anos.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não pretendia enervar o senhor Vereador Fernando Negrão, no entanto, a sua retórica tirava qualquer um do sério. O senhor Vereador Fernando Negrão a meio do mandato não conhecia as contas do município, não sabia se seria, ou não, viável reduzir um imposto.

Disse ser uma afirmação que teria pouca adesão à realidade. No entanto, três anos decorridos de mandatos já dominaria completamente a temática e as contas do município. O senhor Vereador saberia as análises que fazia da documentação que lhe era entregue, a sua bancada sabia da análise que faziam e estimativas que tinham relativamente àquilo que era a redução dos impostos.

Informou o senhor Presidente que sabiam qual era a posição da CDU, porque foi muito clara ao longo dos anos. Se havia coisa que a CDU se poderia orgulhar era de ter uma coerência, para além daquilo que seria exigível e daquilo que faria algum sentido, porque por vezes parecia faltar alguma falta de flexibilidade. Sabiam que a CDU entendia que a redução do IMI deveria ser feita na Assembleia da República, reduzindo aquilo que era a taxa máxima, mas também entendiam que os municípios não podiam nem deviam prescindir daquilo que era a autonomia do Poder Local.

O Poder Local tinha autonomia e deveria tê-la para fixar aquilo que eram os impostos que resultavam numa receita própria, como era o caso do IMI.

Não lhes fazia sentido absolutamente nenhum, que se estivesse a considerar que uma redução só seria válida se fosse definida na Assembleia da República, por via da redução daquilo que era o intervalo do qual os municípios podiam dispor.

Não poderiam esquecer que nos últimos meses o senhor Presidente repetira à exaustão, uma expressão que ficaria marcada naquele final de mandato “*Estamos a viver uma era de ouro*”. Estando a viver uma era de ouro, desconhecia de forma aquela afirmação se poderia coadunar com aquilo que foi a repetição, quase até à exaustão, tal como referira Durão Barroso alguns anos atrás, “*A Câmara Municipal de Setúbal está de tanga*”, porque foi também aquela a afirmação do senhor Presidente, de que havia dificuldades de tesouraria, falta de capacidade para cumprir com aquilo que eram as obrigações do município, que a situação era muito complicada no início do mandato. Sabiam que entre 2020 e 2021 a dívida total do município aumentara de 47 milhões para mais de 50 milhões, sendo que uma auditoria poderia ou não fazer corresponder aqueles valores à verdade dos factos.

Disse que não poderiam forçar aos setubalenses uma taxa de IMI, sendo segunda mais alta do distrito que estava três décimas acima daquilo que era a média do distrito, não poderiam continuar a percorrer o mesmo caminho de manutenção do IMI numa das mais altas do distrito, prejudicando as necessidades dos cidadãos.



As receitas do município eram importantes para aquilo que era a prestação do serviço público e para fazer face àquilo que seriam os custos do município, mas não era menos verdade que o município tinha que aprender a gerir melhor aquilo que eram as suas despesas.

A sua bancada defendeu ao longo dos anos que Setúbal precisava de uma estratégia de gestão, que fosse significativamente diferente daquela que teve, ajustando o município àquilo que fosse uma realidade de receita mais baixa. Não podiam entender, por força daquilo que foi a retórica habitual e as práticas de gestão dos diferentes mandatos, durante 23 anos, que os cidadãos de Setúbal tivessem que continuar a pagar um dos IMI mais altos do distrito. Como não aceitavam, não só votariam contra aquela proposta, como não prescindiam de apresentar uma proposta numa reunião futura que fosse ao encontro daquilo que entendiam, que seria uma taxa de IMI mais justa.

Perceberam que CDU prescindira de uma forma muito clara de fixar e de definir aquilo que era a política fiscal do município. A única vez que a CDU apresentou uma proposta relativamente ao IMI foi para alterar uma taxa de 0,37 para 0,40, com o beneplácito do PSD, no final do ano de 2022. Tirando aquela alteração para pior, ainda não viram por parte da CDU uma proposta que versasse sobre aquilo que era a definição de uma política fiscal no município.

Quando ouviam o senhor Presidente em repetir a retórica de que era na Assembleia da República que aqueles valores deveriam ser alterados, que o município estava numa situação financeira particularmente difícil, tinham ainda mais dificuldade em perceber por que razão não assumia a responsabilidade de fazer uma proposta relativamente à carga fiscal. Ao longo dos anos ouviam retóricas, mas não assistiram a nenhuma proposta.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Fez a seguinte defesa da honra: *“Não posso deixar de me dirigir ao senhor Vereador Joel Marques, dizendo-lhe que a sua deselegância era uma realidade e basta olhar para si. Tem um ar pouco simpático, o que se confirma depois no palavreado que produz com facilidade e que tem essa facilidade em fazê-lo.*

*O Partido Socialista tem sempre esta característica de se achar superior a todos os outros partidos políticos, acha-se o partido de charneira, acha-se o partido mais adequado para governar Portugal e os portugueses. O que vimos nos últimos 8 anos de governação socialista a nível nacional foi imobilismo, incapacidade, irresponsabilidade e principalmente o imobilismo inacreditável que, durante 8 anos não fizeram nada por Portugal nem pelos portugueses e caíram de uma forma inacreditável, que ninguém esperava que isso pudesse acontecer, mas aconteceu com o Primeiro-Ministro que era considerado o suprasumo dos líderes políticos portugueses e veio-se a revelar, eventualmente com o pior Primeiro-Ministro do país desde o 25 de Abril de 74. Vou ficar também por aqui, porque muito mais haveria a dizer sobre o Partido Socialista.*

*Quanto aos meus raciocínios e aos meus tempos, eles são meus não são seus. Respeite os tempos dos outros e preocupe-se com os seus.”*

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não pedia a defesa da honra, porque não ofendia a honra de quem quer que fosse, apenas registara a qualidade do argumentário político e de defesa da proposta de fixação da taxa de IMI que o senhor Vereador Fernando Negrão apresentou.

Disse ser importante recordar que o imobilismo e os 8 anos perdidos a que o senhor Vereador Fernando Negrão se referia, tivera reflexo na criação do Passe Navegante, que tinha sido louvado e saudado pelo reforço que teve na procura do transporte público por parte dos cidadãos.

Quanto à qualidade do argumentário e a capacidade de defender uma proposta que provavelmente o próprio consideraria que não seria particularmente defensável, estariam conversados.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Referiu que ao fim de 8 anos a medida tomada tinha sido Cartão Navegante.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não iria passar o resto da noite a elencar as medidas de 8 anos de governação, mas se tivessem a latitude de interpretação poderia começar a falar sobre aquilo que tinha sido a recuperação de rendimentos...

(Intervenções inaudíveis)

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Recordou que em mandatos anteriores não estava presente, mas poderiam comprovar pelas atas, quando o PSD apresentava muitas vezes a proposta de diminuição dos impostos, o Partido Socialista não os acompanhava.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que aquela afirmação proferida carecia de alguma contextualização.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que a hora já era tardia e tinham ainda propostas para apresentar, pelo que apelou ao senhor Presidente e à bancada do PSD, nomeadamente ao senhor Vereador Fernando Negrão. Poderiam ter discordâncias, no entanto, a sua bancada nunca fizera qualquer consideração pessoal acerca de qualquer vereador daquela câmara, nunca tinha existido considerações pessoais.

(Intervenção inaudível)

**Sr. Vereador Fernando José** – Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que nunca existira da parte da bancada do PS, com muitas divergências, nunca foram feitas considerações como aquelas que tinham sido feitas.

Apelavam que aquele tipo de situações não se voltasse a repetir, porque esse não seria o caminho que iriam fazer.

Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que não iria elencar todas as medidas, mas o senhor Vereador talvez no calor da discussão dissesse coisas que não correspondiam à verdade, nem acreditava que o senhor Vereador pensasse daquela maneira ou que tivesse a opinião de que António Costa tinha sido o pior Primeiro-Ministro desde o 25 de Abril. Não acreditava que tivesse a opinião de que nada tivesse sido feito.

Obviamente que muito poderia ter sido feito para além daquilo que tinha sido concretizado, como exemplo referiu a ampliação das urgências do Hospital de São Bernardo, a inauguração do Lar Acácio Barradas cuja obra tinha sido iniciada no tempo do Partido Socialista, assim como no âmbito laboral haveria tanta coisa para dizer, dando como exemplo a criação do PREVPAP.

Quando o senhor Vereador Fernando Negrão referira que nada tinha sido feito em prol dos portugueses, referiu que milhares de trabalhadores da administração pública, que estavam com vínculos precários passaram a vínculo estável, bem como o aumento histórico do salário mínimo nacional, assim como os acordos históricos com os parceiros sociais.

Concordou com o senhor Vereador Fernando Negrão, porque haveria muito mais para fazer, mas dizer que nada tinha sido feito era de uma enorme injustiça, por essa razão o senhor Vereador não poderia ter feito aquele tipo de intervenção.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Pediu desculpas pela intempestividade com que interveio, quando não estava na sua vez do uso da palavra.

O Partido Socialista tinha um histórico no que respeitava a defesa de redução da taxa do IMI, que remontava ao mandato de 2009/2013 em que foram apresentadas um conjunto de propostas em sede de Assembleia Municipal para a redução do IMI.

Lançou o desafio à senhora Vereadora Sónia Martins para lhes dizer em que data, em que reunião e qual a proposta a que se referia, quando afirmava que o Partido Socialista noutros mandatos votara contra as propostas que visavam a redução da taxa do IMI.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que faria chegar ao gabinete do senhor Vereador Joel Marques, com todo o pormenor que pedia.

(Intervenção inaudível)

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Não o iria dizer naquele espaço, porque eram 20h25 e haveria uma série de propostas para discutir e o senhor Vereador gostava muito de alimentar aquele tipo de discussão.

Se a informação pretendida era relativamente à não viabilização, o que terá acontecido na Assembleia Municipal, o PSD pretendia apresentar propostas de alteração, que não poderia ser feito por via do contrato de reequilíbrio financeiro, quando na realidade era possível ter sido feito. Não se referia à reunião de câmara, mas à sessão da assembleia, no entanto, faria chegar a referida informação.

Não lhe iria obrigar estar a falar durante horas, daquilo que não pretendia falar, porque só falava e expunha aquilo que entendia. Não iria estar durante duas a três horas a discutir uma proposta, porque não seria aquele o objetivo.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques, que a retórica cada um tinha a que queria. Quando o senhor Vereador referia que tiveram sempre a taxa máxima de IMI, chamava a atenção que não era verdade aquilo que disse. O argumento que de que aquelas decisões deveriam ser tomadas nas Câmaras Municipais e não na Assembleia da República era uma forma de ver o problema.

A posição da CDU era sempre de avaliar a situação do país em termos gerais e no que se referia à questão do IMI, entendiam que as taxas eram elevadas.

Disse que o Partido Socialista enquanto estivera no Governo sempre fizera promessas e sobretudo quando não era Governo sempre fazia promessas para o cumprimento da Lei das Finanças Locais, mas cada vez que ia para o Governo e inclusive estando na presidência da Associação Nacional de Municípios, o cumprimento da Lei das Finanças Locais não fazia parte da agenda.

Os senhores do Partido Socialista não gostavam de falar das coisas que estavam relacionadas com a vida dos portugueses, preferiam fazer aquele tipo de intervenções que penalizavam a situação e o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal de Setúbal. Dizer que se tratava do IMI mais alto do Distrito de Setúbal era retórica, porque governavam em Setúbal, não era noutra sítio qualquer.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 PPD/PSD e 4 votos contra do PS .

#### **46. Deliberação n.º 612/2024 – Proposta n.º 3/2024 – GAVPSD – Participação Variável de IRS para o ano 2024**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 108, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 6 votos a favor, 4 do PS e 2 PPD/PSD e 5 votos contra da CDU

#### **47. Deliberação n.º 613/2024 – Proposta n.º 4/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Derrama**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 109, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

#### **48. Deliberação n.º 614/2024 – Proposta n.º 5/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Estacionamento Tarifado**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

#### **49. Deliberação n.º 615/2024 – Proposta n.º 6/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Refeições e Lanches Escolares**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 111.

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Em relação àquela proposta, antes da parte deliberativa, no último parágrafo, fazia referência que o agregado familiar tinha um custo que rondava os 160,00 €, relacionado com as refeições escolares.

Disse que gostaria de perceber como chegaram àquele valor, sendo que cada refeição para alunos que não beneficiassem do 1.º e 2.º escalão seria de 1,46 €, mesmo que houvesse uma atualização no próximo ano no valor da refeição, os 160,00 € era um valor que não sabia como o concluíram.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a senhora Vereadora tinha razão, deveria constar cerca de 40,00 € e não os 160,00 €, pelo que se tratava de um lapso. Agradecia que ficasse corrigido na ata.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que já era o 3.º ano que o município iria implementar aquela medida parcialmente, porque naquela proposta surgia a novidade das crianças com necessidades educativas específicas e que a mesma abrangia mais de 25% da população escolar, o que significava que ainda tinham um valor elevado de alunos que pagavam a refeição completa.

Embora o valor fosse “pequeno”, para a vida dos pais poderia ser significativo, aquilo que devíamos pensar era que todas as escolas pudessem providenciar refeições gratuitas a todos os alunos, independentemente da condição social.

Disse que estava de acordo com o que estava no preâmbulo da proposta, se as refeições fossem disponibilizadas gratuitamente, mais os alunos comeriam nas escolas e influenciaria certamente os resultados escolares.

O valor da comparticipação das refeições escolares diferia no caso do 1.º ciclo e no caso do 2.º e 3.º ciclo e não se aproximava dos custos que na generalidade uma refeição tinha para o município. Sabiam que o encarregado de educação pagava 1,46 €, no caso de escalão B pagava metade, mas os custos do município iam para além daqueles valores. Na última proposta das refeições para 3 anos, orçava mais ou menos os 8 milhões de euros, tendo o mesmo já obtido visto do Tribunal de Contas.

Disse ser muito importante no âmbito da transferência de competências e no âmbito do plano do 1.º ciclo, pudessem ser reforçados ainda mais os valores da refeição, que atualmente iam até cerca de 2,00 €, sendo importante para poderem corresponder àquilo que eram as necessidades. Independentemente das propostas de isenção, também teriam que pautar por uma certa qualidade que não poderiam dispensar e com os valores que eram praticados era complicado.

Lembrou que a Câmara Municipal aprovara os valores de referência de reequilíbrio financeiro dos contratos que já haviam sido efetuados no âmbito das refeições escolares.

Relativamente à questão dos lanches, o município tinha o programa da fruta escolar, o programa do leite escolar que disponibilizava a todos os alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo.

Relativamente aos outros alunos, oportunamente trariam uma proposta de distribuição de verbas, como faziam todos os anos, no que se referia ao contributo para os lanches escolares.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **50. Deliberação n.º 616/2024 – Proposta n.º 7/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Atividades de Animação e Apoio à Família**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 112.

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Questionou a senhora Vereadora Sónia se na redação da proposta a deliberar em vez de se ler “a isenção das atividades” não se deveria ler “isenção do pagamento das atividades”.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que seria “a isenção do pagamento das atividades”.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **51. Deliberação n.º 617/2024 – Proposta n.º 8/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Transportes**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 113, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **52. Deliberação n.º 618/2024 – Proposta n.º 10/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Criação de Bilhete Família para espetáculos culturais - RETIRADA**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 114.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que sem prejuízo da boa intencionalidade da proposta, consideravam serem medidas relevantes.

No entanto, entendia que a forma de valorizar e de acrescentar à adesão as mais diferentes atividades culturais, nomeadamente no que dizia respeito à infância e juventude, passavam por um conjunto de políticas que por parte do município de Setúbal foram estimuladas, promovidas, dando como exemplo o que estava vertido mais recentemente no Plano Estratégico da Cultura.

Sem prejuízo naquilo que estava vertido naquela proposta, disse que posteriormente haveria necessidade de perceber o enquadramento da respetiva proposta, porque carecia da clarificação de algumas questões, nomeadamente do ponto de vista conceptual, aquilo que se entendia por cultura infantil, porque haveria um conjunto de eventos que poderiam ser interessantes, mas sem aquela classificação.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse constar no conteúdo deliberativo a aplicação de um desconto de 10% ao valor total dos bilhetes adquiridos para espetáculos designados para crianças. Entendiam que aquele desconto não consubstanciava a criação de um bilhete de família que usualmente estava limitado a dois adultos, acompanhados por uma ou duas crianças, porque pressupunha que as crianças acompanhassem os pais no espetáculo.

Aquilo que ali tinham era um desconto que poderia ser aplicado a qualquer bilhete, fosse para uma família, fosse para uma pessoa.

Sugeriu que a proposta pudesse ser retirada para um melhor enquadramento e que viesse numa próxima reunião de câmara, para que reunisse outro tipo de condições na sua avaliação, sendo concordarem com o princípio de base da criação do bilhete de família.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que o objetivo não era todo aquele, o desconto era para aplicar quando eram adquiridos bilhetes para as crianças que tinham de ser acompanhadas por adultos, no entanto, retiravam a proposta, reformulavam-na e agendariam para a próxima reunião de câmara.

**Sr. Presidente** – Na sequência das propostas aprovadas disse que em 2022, face à situação social que viviam em Setúbal, por força da inflação crescente dos preços da energia que também eram crescentes, os quais se refletiam em todos os bens de consumo, em particular nos bens de consumo de primeira necessidade. Entendera promover numa sessão da Assembleia Municipal uma iniciativa, chamando a atenção dos deputados para a necessidade de fazerem uma intervenção de apoio social, tendo em conta a situação que viviam em 2022. Mencionou que foram apresentadas desde então várias propostas, com um nível bastante alargado de apoio social em setores diversificados da sociedade setubalense. Algumas propostas deixaram de ser aplicadas tendo em conta as condições financeiras da Câmara Municipal, mas outras mantiveram-se.

Na sua intervenção na Assembleia Municipal chamara a atenção para a necessidade no apoio social se tivesse em conta a primeira infância, de famílias com crianças em idade escolar.

Apesar da situação financeira da câmara, continuavam a apoiar as iniciativas de apoio às famílias que tinham crianças em idade escolar, porque consideravam ser uma responsabilidade que caberia a cada autarquia, no quadro financeiro e orçamental que as autarquias tinham de poder fazer essa diferença.

Não seria ali o espaço para fazerem as alterações relativamente às receitas dos municípios, porque era isso que estava em causa, as alterações das receitas dos municípios deveriam ser tomadas na Assembleia da República, exceto se houvesse autarquias que tivessem condições localmente para tomar aquelas decisões, não seria o caso claramente da Câmara Municipal de Setúbal.

Disse que houve outras medidas que votaram favoravelmente, naquilo que estaria relacionada com os dísticos de estacionamento, que aprovaram desde a primeira hora em que foi apresentada a proposta, bem como a proposta de redução em 10,00 € no pagamento do Passe Municipal, sendo um esforço significativo feito pelo município de Setúbal.

Disse ser um valor significativo para o orçamento municipal, mas seria um valor de grande impacto para quem tinha a opção de utilizar o transporte público em detrimento do transporte individual.

Dado os resultados positivos, consideravam que aquelas medidas tinham efeitos no bem-estar social, na qualidade de vida no nosso território e por essa razão continuavam a apoiar aquele tipo de iniciativas.

O Sr. Presidente retirou a proposta.

### **53. Deliberação n.º 619/2024 – Proposta n.º 11/2024 – GAVPSD – Medidas de Apoio – Criação de uma Sala Snoezelen Municipal**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 115 a 117.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Referiu que em junho, o Agrupamento de Escolas da Ordem de Santiago apresentara um projeto naquele mesmo sentido, fizeram algumas exposições, no entanto, ainda não conseguiram ter a capacidade económica para criar a sala.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse haver muitos municípios que já tinham aquela sala em funcionamento, o município da Trofa tinha duas salas, a Marinha Grande criou uma sala em parceria com centro de saúde e os rotários, Albergaria-a-Velha também tinha, Alcácer do Sal inaugurou a sua sala em setembro de 2022, recorrendo a fundos comunitários, Vila Real, Lourinhã, Alenquer. Poderiam enumerar uma série de municípios.

Consideravam que a criação daquele espaço constituía uma mais-valia como recurso para a inclusão e resposta a alunos com necessidades específicas. Constatava-se um considerável aumento dos alunos com necessidades específicas e com patologias do foro neurológico e censório motor.

Através daquela proposta ou através do que a Escola da Ordem de Santiago tentava implementar, o importante era que se colmatasse aquela lacuna na resposta à população, contribuindo para o pleno desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência ou incapacidade e promover consequentemente a sua inclusão social.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que uma sala não invalidava a outra. O facto de o município poder disponibilizar uma sala, não significava que a escola também não pudesse reunir o valor necessário. Como referira a senhora Vereadora Patrícia Paz, existiam municípios que tinham mais do que uma sala e tendo em conta a dimensão do concelho de Setúbal seria mais benéfico poder ter duas salas.

**Sra. Vice-Presidente** – Relativamente à questão da criação daquela sala, disse existir um acordo de parceria no âmbito do TEIP4 que foi à reunião de câmara, para ser dado apoio na constituição de uma Sala Snoezelen no Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago.

Referiu estarem todos a trabalhar em conjunto para que pudesse ser uma realidade. Não invalidando as questões da proposta, gostaria de propor aos senhores proponentes que pudessem levar aquela situação a debate no Conselho Municipal de Educação, nomeadamente aquilo que era a proposta de regulamento.

Disse fazer sentido no âmbito do Conselho Municipal apreciar aquilo que eram as condições do regulamento, a questão de ser numa escola ou não e em que condições seria implementada. Disse ser muito útil obterem o parecer do Conselho Municipal, independentemente de poderem votar aquela proposta. Seria uma forma de contributo dos atores que estavam no terreno, porque o Conselho Municipal de Educação reunia desde a

área da educação, para além das parcerias com a área da saúde, bem como os representantes da Segurança Social.

Disse que certamente poderiam encontrar parcerias para poderem colocar em prática um projeto daquela natureza. Deixava à consideração que a questão do regulamento ou das normas não fossem aprovadas naquele dia e que tratassem em Conselho Municipal de Educação, levando alguns contributos relativamente àquela matéria, para além do contributo importante do Departamento de Educação, que a senhora vereadora já tinha referido.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Na sua intervenção terá dito que era apenas uma sugestão e no sentido de haver um ponto de partida de um trabalho já feito, para que não acontecesse o mesmo com o IMT, andando a arrastar no tempo as propostas por ausência de regulamento. Disse que seria uma base de trabalho, que não constava na parte deliberativa precisamente por essa razão.

Disse ser fundamental que o regulamento pudesse ser visto não só pelo Conselho Municipal, mas também pelos serviços da Câmara Municipal, pelo que surgia como anexo, mais como uma base de trabalho e algumas pistas daquilo que poderia ser a organização da sala e do seu funcionamento.

Não lhes passava pela cabeça impor um regulamento sem que ele fosse devidamente trabalhado por quem de direito, só não pretendiam que caísse no esquecimento e que se arrastasse para além daquilo que era necessário, razão pela qual o mesmo constava anexo à proposta.

**Sr. Presidente** – Disse que aquele regulamento tinha efeitos externos, pelo que deveria ser submetido a discussão pública. O Conselho Municipal de Educação era um parceiro muito importante nas decisões no que dizia respeito à população escolar e a toda a comunidade. A proposta da senhora Vice-Presidente fazia sentido e poderiam seguir o caminho com a orientação de colocar a proposta de regulamento no Conselho Municipal de Educação e depois colocá-lo em discussão pública, porque seria obrigatório um período de discussão pública, o que não impedia que se aprovasse a proposta, porque não havia nada na proposta que dissesse algo contrário.

**Sr. Vereador Fernando José** – Questionou se iriam aprovar a proposta e também o projeto de regulamento. Disse acompanharem a proposta feita pela senhora Vice-Presidente e terão percebido que a senhora Vereadora Sónia Martins e o senhor Vereador Fernando Negrão também acompanhariam aquela proposta da senhora Vice-Presidente. Questionou, caso surgissem alterações ao regulamento, se o mesmo teria que voltar a reunião de câmara.

**Sr. Presidente** – Disse que o regulamento iria para discussão pública e posteriormente teria que ir a reunião de câmara.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que se fosse ao Conselho Municipal de Educação e se existissem alterações, antes de ir para discussão pública teria de ir a reunião de câmara.

**Sr. Presidente** – Disse que seria o normal.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o normal era ser aprovado em reunião de câmara e depois ir para discussão pública. No entanto, tinha sido referido que iria primeiro ao Conselho Municipal de Educação para recolher contributos.

**Sr. Presidente** – Disse que a linguagem que iria utilizar era familiar para o senhor Vereador. Aprovavam a proposta e o regulamento na generalidade, depois iria para discussão pública e posteriormente iria a reunião de câmara com os contributos.

(Intervenções inaudíveis)

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que na parte propositiva não estava a aprovação do regulamento e não seria essa a intenção, no entanto, a intenção da senhora Vereadora Sónia até ia ao encontro da sua proposta.

Aprovariam a criação da sala, o nome da sala e posteriormente teria que surgir uma proposta de regulamento para iniciar a discussão pública.

**Sr. Presidente** – Disse que aprovavam a proposta, o regulamento ia ao Conselho Municipal de Educação, voltaria a reunião de câmara e depois iria a para discussão pública.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **54. Deliberação n.º 620/2024 – Proposta n.º 13/2024 – GAVPSD – Formação Específica Assistentes Operacionais e Técnicos nos Centros de Aprendizagem**

A Sra. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 118.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a proposta surgia no âmbito de algumas visitas que fizeram e que os assistentes operacionais identificaram-lhes como sendo uma formação que necessitavam para que melhor pudessem responder às necessidades das crianças, a par da formação em língua inglesa que não estava referida na proposta, porque tinha cada vez mais dificuldade em comunicar com alguns alunos.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que já tinham abordado em reunião aquele tema, que acabava por ser uma compilação daquilo que falaram na reunião passada. Pretendia chamar a atenção para duas coisas consideradas muito importantes, sendo que uma delas estaria relacionada com a portaria dos rácios que estava em vigor, que era manifestamente insuficiente, tendo em conta as necessidades que as escolas atravessavam.

No concelho de Setúbal tinham identificados, quer com medidas adicionais, quer com outras medidas permanentes, cerca de mil alunos, estando a funcionar muitas salas de apoio à aprendizagem nas antigas unidades. Disse que apenas não existiam salas no Agrupamento de Escolas, Lima de Freitas, todos os outros agrupamentos garantiam aquela oferta. No ano em curso abriram duas salas no Agrupamento de Escolas de Azeitão, uma vocacionada para o 1.º ciclo na Escola Brejoeira e outra vocacionada para o 2.º e 3.º ciclo na Escola Básica de Azeitão.

Disse que houve a questão do reforço de algumas salas e de alguns daqueles apoios noutras escolas que também já tinham aquelas valências. A título de exemplo referiu-se ao caso das escolas das Amoreiras e das Areias. Cada vez havia uma procura maior naquilo que era o sistema educativo de condições específicas para os alunos. Condições de saúde que os preocupavam, porque muitas delas poderiam exigir quase a presença de uma pessoa para cada aluno. Tudo aquilo não estava estabelecido nos rácios, o que era deveras preocupante.

Disse terem uma promessa de revisão dos rácios há muitos anos, que seria fácil alterar, uma vez que tinha sido feito por portaria, também poderia ser feito novamente por portaria.

Disse terem 47 salas de pré-escolar e 41 delas tinham turmas reduzidas o que significava terem duas ou mais crianças com necessidades específicas e apenas tinha sido dado um assistente operacional extra a um dos agrupamentos do concelho de Setúbal, ficando a saber que a nível nacional só tinham sido disponibilizados 200 assistentes, o que significava menos um por concelho. Tudo aquilo era muito preocupante.

O Plano da Escola Inclusiva estava em marcha, mas havia muito ainda por fazer pela escola inclusiva e se não houvesse meios adequados, com o número de assistentes operacionais com formação e com a possibilidade de substituírem pessoas que estavam envelhecidas na carreira. Da lista de transição dos trabalhadores que foram transferidos para a Câmara Municipal, mais de 30% tinham entre 60 e 70 anos, o que era preocupante.

Disse que estavam a fazer um rejuvenescimento daquela população trabalhadora, fazendo algumas entradas com novos concursos para a Escola Barbosa do Bocage, estando previsto a nível municipal outro concurso para o início do ano letivo. No entanto, a velocidade na qual as pessoas estavam a entrar e a sair era muito complexa para a substituição, independentemente de existirem situações de doenças graves.

A título de exemplo referiu que recebeu uma trabalhadora naquela semana que veio de Junta Médica com uma incapacidade de 81% para trabalhar na escola. A câmara tinha alguma capacidade de manobra, porque tinham uma reserva de recrutamento, ao contrário de outras profissões, ainda tinham disponibilidade de pessoas para aquela área, mas nem sempre conseguiam substituir as pessoas, porque aquele rácio não o permitia.

Relativamente à formação não existia verba no âmbito da transferência de competências, para suportar a transformação daqueles trabalhadores.

À semelhança daquilo que acontecia para pagarem os vencimentos, para pagarem os acidentes em serviço e para pagarem a medicina no trabalho que estava no acordo da Associação Nacional de Municípios, o qual não era cumprido na totalidade, também poderiam existir verbas para área da formação, por forma a criar condições de qualidade para os alunos que necessitavam de ter o apoio das entidades de saúde.

Tinham que ter também o apoio das associações e das instituições que sabiam tratar daqueles problemas, como seria o caso da APPACDM, a Inovar Autismo, porque existiam muitas crianças com uma grande diversidade e raridade nas suas problemáticas.

Seria necessário haver no âmbito da transferência de competências mais disponibilidade financeira para poderem ter os meios e os recursos para fazerem formação.

Disse valorizar uma questão que constava na proposta, o facto de terem pessoas quase que especificamente nos centros de apoio à aprendizagem, mas tinham que ter em conta que era um trabalho que causava uma grande exaustão, como seria o mudar de fraldas, questões de higiene, de alimentação por sondas, questões muito complexas que não poderia ficar tudo nos ombros dos assistentes operacionais, teria que haver mais colaboração com a saúde, mais colaboração com as entidades.

**Sr. Presidente** – Disse que às vezes parecia que aquelas realidades passavam despercebidas a quem tinha a responsabilidade de encontrar soluções, sendo que as mesmas não seriam da responsabilidade das câmaras municipais. Na área Metropolitana, vários presidentes de câmara referiam-se àquelas situações, sendo que algumas eram bem dramáticas.

Referiu ser necessário ter profissionais especializados para acompanhar dezenas de situações. Se não fossem tomadas medidas estariam a colocar em risco os trabalhadores que estavam nas escolas, para além dos professores, provocando situações de grande desgaste. Disse que não era por acaso que tinham 30% dos trabalhadores transferidos do Ministério da Educação para a Câmara Municipal de Setúbal, que não estavam ao serviço, mas faziam parte do rácio. Quem suportava os custos de tudo aquilo eram as câmaras municipais.

Mencionou existirem situações que não eram devidamente acompanhadas e que requeriam uma ponderação diferente, daquela que foi feita. Disse que na Área Metropolitana havia iniciativas no sentido de sensibilizar os ministérios da educação e da saúde para aquela situação.

Referiu que a senhora Vice-Presidente colocara a questão sobre a necessidade de fazer mais formação, estando definido as horas que obrigatoriamente tinham direito. Da parte do executivo CDU faziam aquilo que estivesse ao seu alcance, não menosprezando a proposta, no entanto, aquela proposta não cobria as dificuldades de tantas situações que aconteciam no sistema de ensino.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que seria bom que aquela proposta viesse resolver todas as questões que existiam no município, no entanto, pequenos passos faziam a diferença e certamente estaria em preparação aquilo que era o diagnóstico das necessidades formativas para 2025.

Como o senhor Presidente disse - e bem-, a formação tinha uma componente de horas obrigatórias, que facilmente poderia ser inserida nas horas obrigatórias a formação direcionada aquele público, que iria fazer a diferença naquelas crianças e nos próprios trabalhadores, os quais não sabiam como agir e acabava por ser difícil para quem estava diariamente no terreno.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

### **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Domingos** – Disse existir uma senhora com cerca de 35 anos que era de Azeitão que defecava e urinava-se frente às esplanadas na baixa e até mesmo frente à porta da Igreja de S. Julião, sem que a polícia fizesse qualquer tipo de intervenção.

Disse ter fotos que comprovavam aquela situação, as quais enviaram para a Câmara Municipal. Resolvera fazer queixas junto da PSP, a qual se terá descartado, dizendo que nada poderia fazer pela situação e o assunto teria que ser tratado pela Câmara Municipal, porque não havia policiamento suficiente na cidade.

Quanto à questão do ruído referiu que os cafés que estavam abertas até à 01h00 faziam muito barulho e a polícia não podia intervir, porque tinham falta de carros e de pessoal para se deslocarem ao local. Os cafés não tinham licença e já tinha alertado a situação junto da câmara, sendo inadmissível o que está a acontecer, porque as pessoas pretendiam descansar e não podiam.

Disse que alertou a Segurança Social sobre a situação da senhora de Azeitão e informaram-no que não podiam fazer nada e não poderiam ir buscá-la.

Disse que tinha sido contactado pelo hospital da Amadora para fazer um exame médico às 22h30, dado o adiantado da hora acabou por perder o último autocarro para Setúbal e depois perdera o comboio.

Questionou o senhor Presidente a razão pela qual só havia um autocarro em Lisboa à meia-noite com destino a Setúbal e só havia um autocarro às 21h30 na Gare do Oriente com destino a Setúbal.

Questionou a razão pela qual as pessoas ficavam na Gare do Oriente, à chuva e ao sol, à espera de um autocarro durante 3 horas. Alertou para o facto do motorista do autocarro da linha n.º 4426 tratar mal os utentes e referiu que os TST tinham mais autocarros e funcionavam melhor.

**Sr. Presidente** – Relativamente ao ruído e relativamente à senhora de Azeitão solicitou ao senhor Domingos que no final da reunião fosse falar com a senhora Vice-Presidente.

Relativamente à questão da Saúde reuniram com a senhora Ministra no sentido de colocar algumas dificuldades...

**Sr. Domingos** – Disse que tivera um exame marcado para as 22h45 em Loures e como não existiam autocarros tivera que ficar a dormir em Loures.

Alertou para a necessidade de mais carreiras para as pessoas se deslocarem para os seus locais de trabalho.

Disse que a carreira n.º 720 era a pior, porque aos sábados o mesmo ficava com os lugares preenchidos ainda na estação do Interface, deixando muitos utilizadores à espera por nova carreira. Aquela situação também se repetia na Gare do Oriente, porque só existia um autocarro.

**Sr. Presidente** – Relativamente às questões relacionadas com a saúde procuravam soluções para que não acontecessem situações como aquela que o senhor Domingos referira.

Relativamente à questão dos autocarros, disse que quando fizeram os contratos de concessão, fizeram levantamentos para o transporte de um determinado número de pessoas. Em Setúbal e na região, o operador da TST já se encontrava numa situação limite, os transportes não funcionavam e as carreiras que não tinham rendimento iam acabando. Quando fizeram o levantamento para um novo contrato fizeram-no por baixo, no entanto, vieram mais autocarros do que aqueles que constavam no concurso tal como tinha sido dito pela senhora vereadora Rita Carvalho, já ultrapassavam os 13% de utilizadores, daquilo que seria a previsão inicial.

A partir de 1 de novembro iria aumentar o número de autocarros intermunicipais a circular, sobretudo os que tinham Lisboa como destino, porque felizmente existiam mais pessoas a utilizar os transportes públicos. Teriam de ver como poderiam dar resposta à procura dos autocarros. As decisões eram tomadas pelas câmaras municipais da Área Metropolitana de Lisboa.

Disse que pediu uma reunião à administração da Fertagus no sentido de poder haver mais comboios a circular na linha que fazia a ligação Setúbal/Lisboa, no sentido de obterem maior capacidade de oferta.

Relativamente ao ruído e sobre a senhora de Azeitão sugeriu ao senhor Domingos que no final da reunião falasse com a senhora Vice-Presidente.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 12 de fevereiro de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 52 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Aldora Poeira  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio

